

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 42/2022/TRE-RO (CUSD)/2022**

<b>ENERGISA RONDÔNIA</b>		
<b><u>CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD</u></b>		
	<b>CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/87/2022</b>	<b>Parte I</b>
<b>A</b>	<b>DISTRIBUIDORA</b>	
Nome:		
<b>ENERGISA RONDONIA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.</b>		
Endereço:		
AV. IMIGRANTES, 4137, BAIRRO INDUSTRIAL - CEP 76.821-063 - PORTO VELHO - RO		
CNPJ: 05.914.650/0001-66		
Inscrição Estadual - IE: 255637		

<b>B</b>	<b>CONSUMIDOR E UNIDADE CONSUMIDORA (UC)</b>		
Nome: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)			
Endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União			CNPJ/CPF: 04.565.735/0001-13
CEP: 76.805-859	Cidade: PORTO VELHO	Estado: Rondônia	Inscrição Estadual: -
Atividade Principal: Administração Pública em geral			
Classe de Consumo: Poder Público	Código de Atividade (CNAE): 8411600		
E-mail: <a href="mailto:seap@tre-ro.jus.br">seap@tre-ro.jus.br</a>			

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Telefone/Fax:	Celular:
(69) 3211-2000 / (69) 3211-2258	-

As PARTES acima identificadas, doravante denominadas DISTRIBUIDORA e CONSUMIDOR, por seus representantes legais, acordam em firmar este Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD ("Contrato"), em conformidade com as condições previstas nesta PARTE I e na PARTE II - Condições Gerais de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, que em conjunto indissociável integram este Contrato:

	<b>Código Único</b>	<b>Localização</b>	<b>Características da Forma de Contratação de Energia</b>
1	0568810-6	TRAVESSA AQUARIQUARA, 3631, SETOR INSTITUCIONAL – ARIQUEMES, CEP: 76.872- 856	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 – Classe: Poder Público.

**C CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR**

Cativo, Subgrupo B3 - Classe: Poder Público

<b>D</b>	<b>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO USO E CONEXÃO DO SISTEMA</b>					
D.1.	D.2.	D.3	D.4.	D.5.	D.6.	D.7.
Tensão Nominal	Tensão Contratada	Subgrupo Tarifário	Perdas de Transformação	Potência Instalada	Horário de Ponta	Horário Reservado
13,8 kV	13,8KV	A4	2,5%		Não	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E	JUSTIFICATIVA DA TENSÃO NOMINAL, SE APLICÁVEL, conforme art.13, §2º do Resolução 1000/2022.
Não se aplica.	

F	PONTO DE ENTREGA/CONEXÃO
Coordenadas geográficas X: / Y: UC: 20/568810-6 – Fórum Eleitoral de Ariquemes/RO, Travessa Aquariquara, 3631, Setor Industrial – CEP: 76.872-856	

G	PROPRIEDADE DAS INSTALAÇÕES
Fórum Eleitoral de Ariquemes/RO	

H	CRONOGRAMA DE FATURAMENTO / MUSD CONTRATADO (kW)											
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Única	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

I	MEDIÇÃO
Local: Telemedição	

J	ENCARGOS DE CONEXAO	
Descrição	Valor	Periodicidade
Leitura remota, análise, consistência e envio dos dados para a CCEE do SISTEMA DE MEDIÇÃO.	R\$0,00	Não se Aplica



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

K	OPÇÃO DE FATURAMENTO / MODALIDADE TARIFÁRIA
Cativo, Subgrupo B3 - Classe: Poder Público	

L	PERÍODO DE TESTES / PERÍODO DE AJUSTES
L.J	Período de Testes: -- (----) ciclos completos de faturamento.
L.2	Período de Ajustes: -- (----) ciclos completos de faturamento.

M	OBRAS PARA O ATENDIMENTO DA UNIDADE CONSUMIDORA
M.1. Custo Total Estimado da Obra: R\$ 204.084,44	M.2. Encargo de responsabilidade da DISTRIBUIDORA (ERD): R\$
M.3. Custo do Obra para atendimento do CONSUMIDOR: R\$	M.4. Participação Financeira do CONSUMIDOR (PFC): R\$
M.S. Forma de execução das obras: ()	
A. Obra realizada pela DISTRIBUIDORA, nos termos do Contrato de Execução de Obra nº 0.	
B. Obra realizada pela DISTRIBUIDORA, nos termos do Contrato de Execução de Obra nº 0 com Adiantamento de Recursos por parte do CONSUMIDOR.	
C. Obra realizada pelo CONSUMIDOR, nos termos do artigo 37 da Resolução Normativa nº 414 de 09 de setembro de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	
D. Não se aplica.	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N	CONSUMIDOR SUBMETIDO A LEI N° 14.133/21
Sim	

0	INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI N° 14.133/21
O.1. Ato autorizativo da contratação:  Despacho TRE-RO 1605-GABDG, de 16/12/2022 (evento <a href="#">0959183</a> )	O.2. Número do processo de dispensa de licitação:  Processo SEI TRE-RO 0002406-63.2022.6.22.8000
O.3. Classificação funcional programática do crédito previsto para as despesas:  Categoria: Orçamento Ordinário; Agregador: Manutenção Geral; Plano interno: AIEF ENERGI	

P	INICIO DE VIGÊNCIA
01/02/2023	

Q	PRAZO DE VIGÊNCIA INICIAL
31/01/2028	

R	CAMPO DE PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA DISTRIBUIDORA
Data de devolução do contrato assinado: __/__/__	

Por estarem justas e contratadas, as **PARTES** firmam o presente **Contrato** em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, ou via sistema SEI do TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PORTO VELHO – RO, dezembro de 2022.

<b>R</b>	<b>ASSINATURAS DOS REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)</b>	
<b>PELO CONSUMIDOR</b>		
Nome: LIA MARIA ARAÚJO LOPES		
Cargo: Diretora Geral do TRE-RO		
CPF: 475.106.849-00		
<b>PELA DISTRIBUIDORA</b>		
Nome: KRISTIANY MARTINS BRILHANTE	Nome: IVAN LIMA	
Cargo: Coordenadora de Relacionamento	Cargo: Supervisor de Relacionamento	
CPF: 591.825.802-78	CPF: 732.608.942-68	
<b>Testemunha:</b>	<b>Testemunha:</b>	
Fábia Maria dos Santos Silva	Luciano da Silva Santos Braga	
CPF: 567.849.102-49	CPF: 812.434.482-53	

<b>ENERGISA RONDÔNIA</b>		
<b>CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD</b>		
	<b>CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/87/2022</b>	<b>Parte II</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## I. DEFINIÇÕES

**Cláusula 1ª.** Para o perfeito entendimento deste **Contrato**, as **PARTES** acordam o significado que deve ser dado aos seguintes termos:

**Acordo Operativo:** acordo celebrado entre as **PARTES**, quando cabível, que descreve e define as atribuições e responsabilidades e estabelece os procedimentos necessários ao relacionamento operacional entre as **PARTES**.

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96.

**Análise de Perturbação:** significa o processo que corresponde à investigação das causas e dos responsáveis pelos distúrbios experimentados nas **Instalações de Conexão**, no **Sistema de Distribuição**, nas **Instalações de Geração** de consumidores conectados ao **Sistema de Distribuição**, e no **Sistema Interligado Nacional – SIN**, englobando as etapas de detecção do defeito, interrupção e recomposição do **Sistema de Distribuição** e das **Instalações de Geração**, envolvendo a ação coordenada das equipes de operação em tempo real, mobilizadas pelos agentes envolvidos, estudos elétricos, e proteção e controle das instalações dos agentes envolvidos.

**Bandeira Tarifária:** sistema tarifário que tem como finalidade sinalizar aos consumidores faturados pela **DISTRIBUIDORA** por meio da **Tarifa de Energia**, os custos atuais da geração de energia elétrica.

**Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** ambiente onde se processa a compra e venda de energia elétrica, criada pela lei 10.848, de 15 de março de 2004 e regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

**Capacidade de Conexão:** significa o máximo carregamento definido para regime normal de operação a que os equipamentos das subestações, linhas



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil.

**Capacidade Operativa:** valor de capacidade de um equipamento, usado como referência do limite operativo no sistema elétrico.

**Carga Instalada:** soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na **Unidade Consumidora**, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW).

**Caso Fortuito ou Força Maior:** tem o significado estabelecido no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

**Centro de Operação do Sistema - COS:** Departamento responsável pela coordenação, supervisão, comando e controle da operação do sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**.

**Ciclo de Faturamento:** intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, compreendido entre a data da leitura, do medidor de energia elétrica, de um determinado mês e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela **DISTRIBUIDORA**.

**Consumidor:** pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à distribuidora, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s).

**Consumidor Especial:** agente da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para **Unidade Consumidora** ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Consumidor Livre:** agente da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995.

**Consumidor Potencialmente Livre:** pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

**Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD:** é o presente **Contrato**, que estabelece os termos e condições para o Uso e Conexão pelo **CONSUMIDOR** do **Sistema** de **Distribuição** da **DISTRIBUIDORA**.

**Distribuidora:** agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

**Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC:** intervalo de tempo em que, no período de observação, em uma **Unidade Consumidora** ou ponto de conexão, ocorreu descontinuidade na distribuição de energia elétrica.

**Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DMIC:** tempo máximo de interrupção contínua de energia elétrica em uma **Unidade Consumidora** ou ponto de conexão.

**Encargo de Responsabilidade da Distribuidora - ERD:** é o valor de responsabilidade da **DISTRIBUIDORA**, obtido mediante os limites unitários fixados pelo poder concedente, para atendimento dos pedidos de ligação ou acréscimo de carga, efetuados pelo **CONSUMIDOR**.

**Encargos de Uso:** valores devidos à **DISTRIBUIDORA** pelo uso do **Sistema de Distribuição**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Energia Elétrica Ativa:** energia elétrica que pode ser convertida em outra forma de energia expressa em quilowatt-hora (kWh).

**Energia Elétrica Reativa:** energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampere-reativo-hora (kVARh).

**Equipamentos de Medição:** equipamentos destinados à medição dos montantes de energia elétrica e potência disponibilizados no **Ponto de Conexão**, bem como do **MUSD** utilizado pelo **CONSUMIDOR**, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor. Para o **CONSUMIDOR Livre ou Especial**, equipamentos de medição significam o **Sistema de Medição para Faturamento - SMF**, o qual deverá seguir as especificações técnicas para a determinação do **MUSD Medido** a ser utilizado para apuração dos **Encargos de Uso**, permitindo coleta de dados em tempo real.

**Fator de Potência:** razão entre a **Energia Elétrica Ativa** e a raiz quadrada da soma dos quadrados das **Energias Elétricas Ativa e Reativa**, consumidas no mesmo período especificado.

**Fatura:** documento emitido e enviado pela **DISTRIBUIDORA** ao **CONSUMIDOR**, que apresenta o valor total a ser pago pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA** pelo fornecimento de energia elétrica, encargos de uso e conexão, devendo especificar claramente os serviços fornecidos, a respectiva quantidade, tarifa e período de faturamento.

**Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC:** número de interrupções ocorridas, no período de observação, em cada **Unidade Consumidora** ou no ponto de conexão.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Horário de Ponta:** é o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, fixadas pela **DISTRIBUIDORA**, com a aprovação da **ANEEL**, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais fixos de 01 de janeiro (Confraternização Universal), 21 de abril (Tiradentes), 01 de maio (Trabalho), 07 de setembro (Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Proclamação da República), 25 de dezembro (Natal) e feriados nacionais móveis de Terça Feira de Carnaval, Sexta Feira da Paixão e Corpus Christi.

**Horário Fora de Ponta:** é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no **Horário de Ponta**.

**Início do Fornecimento:** data a partir da qual considera-se contratado o objeto deste **Contrato** para efeitos de início de vigência.

**Instalações de Conexão:** instalações elétricas destinadas a interligar a **Unidade Consumidora** ao Sistema de Distribuição.

**IPCA:** é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.

**Manutenção Corretiva:** é a intervenção realizada em equipamentos ou sistemas com a finalidade de corrigir falhas.

**Manutenção Preventiva:** é a intervenção realizada em equipamentos ou sistemas com a finalidade de conservar suas características originais para evitar falhas.

**Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD:** potência ativa média, integralizada em intervalos de 15 (quinze) minutos durante o **Ciclo de Faturamento**, injetada ou requerida do sistema elétrico de distribuição pela geração ou carga, expressa em quilowatts (kW).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**MUSD contratado:** é o **Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD** contratado pelo **CONSUMIDOR** junto à **DISTRIBUIDORA**.

**MUSD medido:** é o **Montante de Uso do Sistema de Distribuição - MUSD** apurado pela **DISTRIBUIDORA**, através dos **Equipamentos de Medição**, em cada **Ciclo de Faturamento**.

**Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS:** instituído pela Lei nº 9.648/98, é o órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no **Sistema Interligado Nacional - SIN**, sob a fiscalização e regulação da **ANEEL**.

**Participação Financeira do Consumidor – PFC:** é a parcela de contribuição do **CONSUMIDOR** no custo das obras destinadas ao seu atendimento, acrescida dos demais encargos definidos pela legislação.

**Potência Instalada:** potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na **Unidade Consumidora** e em condições de entrar em funcionamento.

**Ponto de Conexão ou Ponto de Entrega:** ponto onde se dá a conexão entre as instalações da **DISTRIBUIDORA** e do **CONSUMIDOR**, indicado no item “F” da “**PARTE I**” deste **Contrato**, caracterizando-se como o limite de responsabilidade.

**Procedimentos de Distribuição - PRODIST:** conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais, de medição e de qualidade da energia aplicáveis aos **Sistemas de Distribuição** e aprovados pela **ANEEL**.

**Procedimentos de Rede:** conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais, de medição e de qualidade da energia aplicáveis à **Rede Básica** e aprovados pela **ANEEL**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Projeto de Instalação:** significa o projeto apresentado pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA** para implementação das **Instalações de Conexão** de responsabilidade do **CONSUMIDOR**.

**Pulsos:** sinais elétricos fornecidos pelo sistema de medição da **DISTRIBUIDORA**, destinados à supervisão e controle de carga por parte do **CONSUMIDOR**.

**Rede Básica:** instalações pertencentes ao **Sistema Interligado Nacional - SIN** identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela **ANEEL**.

**Sistema de Distribuição:** instalações destinadas à distribuição de energia elétrica de propriedade da **DISTRIBUIDORA** e localizadas em sua área de concessão.

**Sistema de Medição para Faturamento - SMF:** é o conjunto de equipamentos destinado à medição dos montantes de energia elétrica consumidos pelo **Consumidor Livre** ou **Especial no Ponto de Entrega**, bem como do **MUSD** utilizado pelo **Consumidor Livre** ou **Especial**, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor.

**Sistema Interligado Nacional - SIN:** composto pelas instalações de transmissão e de distribuição que interligam as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela **ANEEL** e, no que couber, à operação e coordenação do **Operador Nacional do Sistema – ONS**.

**Tarifa:** preço da unidade de energia elétrica (kWh) e/ou da demanda de potência (kW) ativas.

**Tarifa Azul:** modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de **Tarifas** diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de **Tarifas** diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Tarifa Convencional Binômia:** modalidade tarifária estruturada para aplicação de **Tarifas** de consumo de energia e demanda de potência independentemente das horas de utilização do dia.

**Tarifa de Ultrapassagem:** **Tarifa** aplicável sobre a diferença positiva entre o **MUSD Medido** e o **MUSD Contratado**, quando exceder os limites estabelecidos.

**Tarifa Verde:** modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de **Tarifas** diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de uma única **Tarifa** de demanda de potência independente de utilização do dia.

**Tensão Contratada:** valor eficaz de tensão que deverá ser informado ao **CONSUMIDOR**, por escrito, ou estabelecido em **Contrato**, expresso em volts (V) ou quilovolts (kV).

**Tensão de Leitura:** valor eficaz de tensão, integralizado a cada 10 (dez) minutos, obtido de medição por meio de equipamentos apropriados, expresso em volts (V) ou quilovolts (kV).

**Tensão Nominal:** valor eficaz de tensão disponível no sistema de distribuição da **DISTRIBUIDORA**, em valores por esta pré-estabelecido, expressos em volts (V) ou quilovolts (kV).

**Tensão Primária:** tensão disponibilizada no sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 kV.

**Tributos:** todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste **Contrato**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TUSD:** tarifa que se aplica ao **MUSD** ou potência contratada no **Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD**, publicada periodicamente pela **ANEEL** para as concessionárias de distribuição de energia elétrica.

**TUSD Encargos:** tarifa que se aplica ao consumo de energia elétrica (MWh) para consumidores livres, publicada periodicamente pela **ANEEL** para as concessionárias de distribuição de energia elétrica.

**Usuários:** significam todos os agentes, inclusive consumidores, conectados, direta ou indiretamente, ao **Sistema de Distribuição** e que venham a fazer uso deste sistema.

**Unidade Consumidora:** conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em **Tensão Primária**, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só **Ponto de Entrega**, com medição individualizada, correspondente a um único **CONSUMIDOR** e localizado em um mesmo imóvel ou em imóveis contíguos, identificado no item “**B**” da “**PARTE I**”.

## **II. OBJETO E VIGÊNCIA**

**Cláusula 2ª.** O presente **Contrato** tem por objeto regular:

1. o uso do **Sistema de Distribuição** pelo **CONSUMIDOR**;
2. a conexão das instalações elétricas do **CONSUMIDOR** ao **Sistema de Distribuição** da **DISTRIBUIDORA** no Ponto de Conexão.

**Parágrafo Primeiro.** O objeto que trata o presente **Contrato** está subordinado à Legislação, aos **Procedimentos de Rede**, quando aplicáveis, e aos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**, os quais prevalecem nos casos omissos ou em caso de eventuais divergências entre as **PARTES**.

**Parágrafo Segundo.** Novos **Pontos de Conexão**, não abrangidos pelo presente **Contrato**, serão objeto de **CUSD** específico ao novo ponto.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 3ª.** A vigência deste Contrato se iniciará: (a) na data da efetiva ligação da Unidade Consumidora em Tensão Primária, caracterizado pelo Início do Fornecimento; ou, para os casos onde a Unidade Consumidora já estiver ligada em Tensão Primária (b) na data indicada no campo Início de Vigência localizado no item “O” da “PARTE I”; data de Retorno do Contrato Assinado; e será por tempo **60 Meses** conforme indicado no item “P” da “PARTE I”, contados a partir do início da vigência.

**Parágrafo Primeiro.** Com a assinatura do presente contrato fica estabelecido o prazo de vigência por **Indeterminado**, substanciado e amparado pelo Art. 109, da Lei nº 14.133/21, esse contrato é regido predominantemente pelo regime jurídico aplicado à prestação dos serviços públicos, o qual define, como regra, a celebração de contratos por período indeterminado.

**Parágrafo Segundo.** Não havendo manifestação em contrário do **CONSUMIDOR** com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste **Contrato**, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por um período de 12 (doze) meses, sendo permitidas sucessivas prorrogações de igual prazo, ou mediante solicitação expressa de **CONSUMIDOR** submetido à Lei 14.133/21, observando as definições contidas na referida Lei.

**Parágrafo Terceiro.** Ocorrendo a prorrogação automática do período de vigência deste **Contrato**, será(ão) considerado(s) como contratado(s) para o próximo período de vigência o mesmo **MUSD** indicado no item “H” da “PARTE I”, a não ser que o **CONSUMIDOR** tenha se manifestado contrariamente, nos seguintes prazos:

1. 90 (noventa) dias de antecedência, para redução do **MUSD Contratado**, indicado no item “H” da “PARTE I”, para **CONSUMIDOR** pertencente ao subgrupo “A4”;
2. 180 (cento e oitenta) dias de antecedência, para redução do **MUSD Contratado**, indicado no item “H” da “PARTE I”, para **CONSUMIDOR** pertencente aos demais subgrupos;
3. 30 (trinta) dias de antecedência, para aumentar o **MUSD Contratado**, indicado no item “H” da “PARTE I”, caso não haja necessidade de obras.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Quarto.** O término da vigência deste **Contrato** não afetará quaisquer direitos ou obrigações constituídas anteriormente a tal evento, nem obrigações que devam subsistir ao seu término.

3. **USO E CONEXÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, MUSD CONTRATADO E PERÍODO DE TESTES** **Cláusula 4ª.** O uso do **Sistema de Distribuição** será disponibilizado ao **CONSUMIDOR** a partir do **Ponto de Conexão**, conforme as características técnicas indicadas no item “D” da “**PARTE I**” e em frequência de 60 Hz (sessenta Hertz).

**Parágrafo Primeiro.** O **CONSUMIDOR**, no uso **Sistema de Distribuição**, respeitará para o **Fator de Potência** indutivo ou capacitivo, o valor mínimo de 0,92 (noventa e dois centésimos).

**Parágrafo Segundo.** Caso o **Fator de Potência** fique abaixo desse valor, o **CONSUMIDOR** pagará à **DISTRIBUIDORA** pela violação do limite, conforme estabelecido na **Cláusula 33ª** deste **Contrato**.

**Cláusula 5ª.** As **Instalações de Conexão** devem estar dimensionadas para atendimento do **MUSD Contratado** indicado no item “H” da “**PARTE I**”, respeitadas as características técnicas indicadas no item “D” da “**PARTE I**” e a frequência de 60 (sessenta) Hz.

**Parágrafo Único** - Caso o **CONSUMIDOR** tenha necessidade de alterar a **Capacidade de Conexão**, um novo Estudo de Viabilidade/**Parecer de Acesso**, conforme estabelecido nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**, deve ser solicitado pelo **CONSUMIDOR** à **DISTRIBUIDORA**, celebrando-se um termo aditivo ao **Contrato**.

**Cláusula 6ª.** Todas as modificações referentes aos equipamentos das **Instalações de Conexão** somente poderão ser realizadas mediante acordo entre as **PARTES** e em conformidade com os **Procedimentos de Rede**, os **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** e o **Acordo Operativo**, quando aplicável, mediante assinatura de um termo aditivo ao presente **Contrato**, com exceção das modificações decorrentes de situações emergenciais, as quais poderão ser realizadas e posteriormente comunicadas, conforme definido em **Acordo Operativo**, quando aplicável.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Único.** O disposto no caput desta **Cláusula** aplica-se inclusive para casos decorrentes de projetos de eficiência energética, os quais devem necessariamente ser apresentados para a **DISTRIBUIDORA** com 30 (trinta) dias de antecedência de sua implementação.

**Cláusula 7ª.** As **Instalações de Conexão** podem ser desativadas, total ou parcialmente, observados os **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**, mediante comunicação prévia à **DISTRIBUIDORA** para a respectiva desativação. O **CONSUMIDOR** arcará com os custos referentes à desmobilização total ou parcial das **Instalações de Conexão**.

**Cláusula 8ª.** A **DISTRIBUIDORA** disponibiliza ao **CONSUMIDOR** o uso do seu **Sistema de Distribuição** observando o **MUSD Contratado**, conforme indicado no item “H” da “PARTE I”, a partir da data inicial de vigência, conforme **Cláusula 3ª** deste **Contrato**.

**Cláusula 9ª.** Respeitadas as eventuais restrições do **Sistema de Distribuição**, o **CONSUMIDOR** pode solicitar acréscimo ou redução ao **MUSD Contratado**, devendo submeter sua solicitação à apreciação da **DISTRIBUIDORA**, conforme procedimentos e prazos constantes da regulamentação aplicável em vigor e o disposto nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo Único.** A **DISTRIBUIDORA** somente estará obrigada a disponibilizar ao **CONSUMIDOR** o **MUSD Contratado** alterado após a assinatura e devolução do respectivo aditivo a este **Contrato** pelo **CONSUMIDOR**.

**Cláusula 10ª.** As solicitações de redução de **MUSD Contratado** devem ser feitas pelo **CONSUMIDOR**, por escrito, respeitando os prazos mínimos estipulados para tal conforme alíneas “a” e “b” do **Parágrafo Terceiro** da **Cláusula 3ª**, ressalvados os casos previstos de modo diferente na regulamentação aplicável em vigor.

**Parágrafo Primeiro.** É vedada mais de uma redução de demanda em um período de 12 (doze) meses.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Segundo.** Caso a redução do **MUSD Contratado** afete a amortização de eventuais investimentos realizados pela **DISTRIBUIDORA** para o atendimento do **CONSUMIDOR**, este se compromete ressarcir-la nos termos da regulamentação em vigor e a celebrar o instrumento contratual adequado para formalizar referido compromisso.

**Cláusula 11ª.** As solicitações de aumento do **MUSD Contratado** devem ser feitas pelo **CONSUMIDOR**, por canal específico de atendimento, com antecedência mínima de 01 (um) **Ciclo de Faturamento** e estão condicionadas à disponibilidade de potência no **Sistema de Distribuição**.

**Parágrafo Primeiro.** Em até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da solicitação de aumento do **MUSD Contratado**, a **DISTRIBUIDORA** deverá confirmar ao **CONSUMIDOR** a disponibilidade do **Sistema de Distribuição** ou informá-lo da necessidade de ampliação da potência do **Sistema de Distribuição**.

**Parágrafo Segundo.** Caso, para atendimento da solicitação de aumento do **MUSD Contratado**, seja necessária a ampliação da capacidade do **Sistema de Distribuição**, o **CONSUMIDOR** compromete-se a celebrar instrumento contratual adequado, no qual serão definidas as obras necessárias, o prazo para sua execução, a responsabilidade por sua execução e o eventual pagamento de participação financeira do **CONSUMIDOR**.

**Cláusula 12ª.** A **DISTRIBUIDORA** deve aplicar o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, com o propósito de permitir a adequação do **MUSD Contratado** e a escolha da modalidade tarifária, nas situações seguintes:

1. início do fornecimento;
2. mudança para faturamento aplicável a unidades consumidoras do grupo A, cuja opção anterior tenha sido por faturamento do grupo B;
3. migração para tarifa horária azul; e
4. acréscimo de **MUSD**, quando maior que 5% (cinco por cento) da contratada.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Primeiro.** Durante o período de testes, o **MUSD** a ser considerado pela **DISTRIBUIDORA** para fins de faturamento deve ser o **MUSD Medido**, exceto na situação prevista na alínea “d”, onde a **DISTRIBUIDORA** deve considerar o maior valor entre o **MUSD Medido** e o **MUSD Contratado** anteriormente à solicitação de acréscimo.

**Parágrafo Segundo.** Quando do enquadramento na modalidade tarifária horária azul, o período de testes abrangerá exclusivamente o montante contratado para o posto tarifário ponta.

**Parágrafo Terceiro.** A **DISTRIBUIDORA** pode prorrogar o período de testes, mediante solicitação fundamentada do consumidor.

**Cláusula 13ª.** Aplica-se a cobrança por ultrapassagem de demanda quando, durante o período de testes, os valores medidos excederem o somatório de:

1. a nova demanda contratada ou inicial; e
2. 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e
3. 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

**Cláusula 14ª.** A **DISTRIBUIDORA** deve conceder para unidade consumidora do grupo A um período de ajustes no início do fornecimento de energia elétrica para adequação do fator de potência, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento.

**Parágrafo Único.** A **DISTRIBUIDORA** pode prorrogar o período de ajustes mediante solicitação fundamentada do consumidor.

#### **IV. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO**

**Cláusula 15ª.** As **PARTES** concordam que a responsabilidade por indenizações a outros consumidores da **DISTRIBUIDORA** pelas perturbações no **Sistema de Distribuição** é estabelecida e comprovada por meio de um processo de **Análise de Perturbação**, conforme disposto nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 16ª.** O detalhamento dos procedimentos para o relacionamento das **PARTES** relativo à operação e manutenção das **Instalações de Conexão** está definido em **Acordo Operativo**, quando aplicável, observadas as diretrizes previstas nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** e nos **Procedimentos de Rede**.

**Parágrafo Único.** Caso o **Acordo Operativo** e os **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** sejam omissos quanto a alguma situação, as **PARTES** concordam que serão aplicados os critérios técnicos, as normas operativas e outros padrões específicos utilizados pela **DISTRIBUIDORA** para a prestação dos serviços de conexão e uso do **Sistema de Distribuição**.

**Cláusula 17ª.** As **PARTES** se comprometem a respeitar o **MUSD Contratado** para as **Instalações de Conexão**.

**Parágrafo Primeiro.** Ocorrendo qualquer violação do **MUSD Contratado**, e tendo sido tomadas todas as medidas previstas em **Acordo Operativo**, quando aplicável, a **DISTRIBUIDORA** terá a faculdade de desenergizar a **Unidade Consumidora** até que os fatos ou falhas causadoras da violação sejam eliminados.

**Parágrafo Segundo.** As **PARTES** comprometem-se, quando solicitado, a reavaliar a **Capacidade Operativa** das **Instalações de Conexão**, efetivando as adequações que se fizerem necessárias de forma a manter os padrões e requisitos definidos neste **Contrato**.

**Cláusula 18ª.** As **PARTES** garantem o mútuo acesso às **Instalações de Conexão** e aos **Equipamentos de Medição**, conforme procedimentos estabelecidos em **Acordo Operativo**, quando aplicável.

**Cláusula 19ª.** É de responsabilidade do **CONSUMIDOR** realizar a operação e manutenção das **Instalações de Conexão** de sua propriedade, de acordo com os procedimentos e padrões especificados nos **Procedimentos**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**de Rede, Procedimentos de Distribuição - PRODIST e em Acordo Operativo, quando aplicável.**

**Parágrafo Primeiro.** O **CONSUMIDOR** deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais **Usuários do Sistema Distribuição**.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSUMIDOR** deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme dispõe o **Projeto de Instalação** aprovado pela **DISTRIBUIDORA** e suas atualizações, bem como as disposições dos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** e dos **Procedimentos de Rede**.

**Parágrafo Terceiro.** O **CONSUMIDOR** deverá atender as determinações da **DISTRIBUIDORA**, em situações de urgência e emergência, desligando ou reduzindo cargas ou transferindo a alimentação para o ramal de reserva, se existir. As interrupções de emergência independem de aviso prévio.

**Parágrafo Quarto.** É de responsabilidade do **CONSUMIDOR** manter a adequação técnica e de segurança das instalações internas da **Unidade Consumidora**, bem como prover de sistema de apoio aqueles equipamentos que não possam sofrer interrupções temporárias de energia elétrica, de forma a possibilitar a manutenção do funcionamento dos mesmos em situações de contingência.

**Cláusula 20ª.** Se uma das **PARTES** provocar distúrbios na qualidade dos serviços é facultado à **PARTE** prejudicada exigir da outra a instalação de equipamentos corretivos.

**Parágrafo Único.** As **PARTES** concordam que a responsabilidade pelas perturbações nas **Instalações de Conexão** é estabelecida e comprovada através de um processo de **Análise de Perturbação**, conforme estabelecido em **Acordo Operativo**, quando aplicável, observado o disposto nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**.

## **V. MEDIÇÃO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 21ª.** A medição do **MUSD** utilizado pelo **CONSUMIDOR** é de responsabilidade da **DISTRIBUIDORA**.

**Parágrafo Primeiro.** Se no item “C” da “**PARTE I**” deste **Contrato** estiver indicado que o **CONSUMIDOR** é **Cativo** ou **Potencialmente Livre**, a **DISTRIBUIDORA** efetuará a leitura dos **Equipamentos de Medição**, de acordo com o calendário respectivo.

**Parágrafo Segundo.** Se no item “C” da “**PARTE I**” deste **Contrato** estiver indicado que o **CONSUMIDOR** é **Livre, Parcialmente Livre** ou **Especial**, a leitura dos **Equipamentos de Medição** deverá ocorrer até o terceiro dia útil do mês subsequente ao mês de utilização do **Sistema de Distribuição**, possibilitando o faturamento correspondente ao consumo do mês civil.

**Cláusula 22ª.** Os padrões técnicos e os procedimentos para projeto, especificações, aferição, instalação, adequação, leitura, inspeção, operação e manutenção dos **Equipamentos de Medição** devem atender aos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** e, quando aplicáveis, aos **Procedimentos de Rede**.

**Cláusula 23ª.** É da **DISTRIBUIDORA** a responsabilidade técnica e financeira pela instalação, manutenção, adequação e calibração dos equipamentos de medição adequados para apuração dos montantes de potência e energia elétrica utilizados pelo **CONSUMIDOR**, de acordo com os padrões estabelecidos pela regulamentação em vigor.

**Parágrafo Único.** Se no item “C” da “**PARTE I**” deste **Contrato** estiver indicado que o **CONSUMIDOR** é **Livre, Parcialmente Livre** ou **Especial**, atendido parcialmente no ambiente regulado, ou integralmente no ambiente livre, é do **CONSUMIDOR** a responsabilidade financeira pelo medidor de retaguarda, quando aplicável.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 24ª.** Eventuais custos e despesas necessários para a adaptação da **Unidade Consumidora** para o recebimento dos **Equipamentos de Medição** são de responsabilidade exclusiva do **CONSUMIDOR**.

**Cláusula 25ª.** Eventuais melhorias aos **Equipamentos de Medição** para atendimento de novos requisitos técnicos do **Procedimento de Rede** e do **Procedimento de Distribuição** serão de responsabilidade do **CONSUMIDOR**, nos termos da legislação vigente.

**Cláusula 26ª.** Os **Equipamentos de Medição** ficarão sob a guarda do **CONSUMIDOR**, que, na qualidade de depositário, será exclusivamente responsável pela integridade deles, não podendo intervir nem deixar que terceiros intervenham no funcionamento deles sem a presença de funcionários da **DISTRIBUIDORA**, devidamente credenciados.

**Parágrafo Primeiro.** Qualquer avaria ou defeito que ocorrer nos **Equipamentos de Medição**, constatado pelo **CONSUMIDOR**, deverá ser comunicado de imediato à **DISTRIBUIDORA**.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSUMIDOR** responderá pelos danos que os **Equipamentos de Medição** sofrerem enquanto estiverem sob a sua guarda, salvo o desgaste normal de uso e da ação do tempo.

**Parágrafo Terceiro.** Em caso de furto, roubo ou de danos de responsabilidade exclusiva de terceiros aos **Equipamentos de Medição**, o **CONSUMIDOR** será exclusivamente responsável pelas medições inferiores às reais decorrentes da violação de lacres, furto, roubo ou de danos nos **Equipamentos de Medição**.

**Cláusula 27ª.** A **DISTRIBUIDORA** poderá disponibilizar, após análise e aprovação da solicitação do **CONSUMIDOR**, pulsos de energia elétrica, sincronismo das demandas e segmentos horários (ponta e fora de ponta), para controle de **MUSD**, desde que respeitados os requisitos técnicos especificados nos **Procedimentos de Rede**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Único.** Serão de responsabilidade do **CONSUMIDOR** os eventuais custos relativos à adaptação dos **Equipamentos de Medição** para recebimento de pulsos.

**Cláusula 28ª.** A **DISTRIBUIDORA** poderá disponibilizar, a pedido do **CONSUMIDOR**, outros serviços relacionados à conexão ou à medição, tais como: monitoramento e transmissão de dados; aferição e calibração de medidores, dentre outros permitidos pela regulamentação em vigor e que serão prestados de acordo com as diretrizes estabelecidas nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** e, quando cabível, nos **Procedimentos de Rede**.

## VI. ENCARGOS DE USO

**Cláusula 29ª.** O **CONSUMIDOR** pagará à **DISTRIBUIDORA**, em relação a cada mês de **Contrato**, os **Encargos de Uso** referente à disponibilização do **MUSD Contratado** e do **Encargo de Uso** vinculado ao consumo de energia.

**Cláusula 30ª.** Os **Encargos de Uso** serão cobrados do **CONSUMIDOR** de acordo com a regulamentação em vigor.

**Cláusula 31ª.** O faturamento da **Unidade Consumidora**, observadas as respectivas modalidades, deve ser realizado observando-se o disposto nesta **Cláusula**, exceto nos casos em que o **CONSUMIDOR** optar por faturamento com aplicação da tarifa do **Grupo B**.

**Parágrafo Primeiro.** Para o **MUSD** faturável será considerado um único valor, por posto tarifário, correspondente ao maior valor dentre os definidos a seguir:

1. **MUSD Contratado** ou **MUSD Medido**, exceto para **Unidade Consumidora** da classe rural ou reconhecida como sazonal; ou
2. **MUSD Medido no Ciclo de Faturamento** ou 10% (dez por cento) do maior **MUSD Medido** em qualquer dos 11 (onze) ciclos de faturamento anteriores, no caso de **Unidade Consumidora** da classe rural ou reconhecida como sazonal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Segundo.** A **DISTRIBUIDORA** deve conceder desconto especial na tarifa de uso do sistema de distribuição e na tarifa de energia incidentes no consumo de **Energia Elétrica Ativa**, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que o **CONSUMIDOR** efetue a solicitação por escrito ou por outro meio que possa ser comprovado. O desconto deve ser aplicado em um período diário contínuo de oito horas e trinta minutos, facultado à **DISTRIBUIDORA** o estabelecimento de escala de horário para início, mediante acordo com o respectivo **CONSUMIDOR**, garantido o horário de 21h30 às 06h do dia seguinte.

**Parágrafo Terceiro.** A **DISTRIBUIDORA** deve conceder os descontos em conformidade com as modalidades previstas no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, aplicando quando cabível, os percentuais publicados pela **ANEEL**, através de Resolução Homologatória, ou aqueles divulgados pela **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**, através de relatório específico. A aplicação dos descontos será realizada na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Quarto.** Os valores das tarifas de que trata esta **Cláusula** serão reajustados todas as vezes que a **ANEEL** publicar as novas tarifas e conforme regulamentação da **ANEEL**.

**Parágrafo Quinto.** A revisão ou reajuste tarifário, estabelecido pelo **Poder Concedente**, entrará em vigor na data em que o ato assim o determinar, calculado *pro rata die* à fatura do mês.

**Cláusula 32ª.** Deve ser aplicada à parcela excedente do **MUSD Contratado**, a título de penalidade, uma **Tarifa de Ultrapassagem** de valor igual a duas vezes a **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD** estabelecida para cada período, quando se verificar ultrapassagem superior a 5% (cinco por cento) do **MUSD Contratado**, a ser calculada de acordo com a regulamentação em vigor.

**Cláusula 33ª.** A **Energia Elétrica Reativa** excedente e a demanda de potência reativa excedente, ocasionadas por **Fator de Potência** menor do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o valor mínimo de 0,92 (noventa e dois centésimos), observados os períodos indutivos e capacitivos, serão cobrados do **CONSUMIDOR** de acordo com a regulamentação em vigor.

## **VII. FATURAMENTO E PAGAMENTO**

**Cláusula 34ª.** O faturamento mensal dos **Encargos de Uso e Conexão** será objeto de **Fatura** emitida pela **DISTRIBUIDORA** e apresentada ao **CONSUMIDOR** em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de vencimento exceto quando se tratar de unidades consumidoras classificadas como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Primeiro.** Caso a data limite do vencimento seja um dia não útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

**Parágrafo Segundo.** No caso de atraso na entrega da **Fatura**, por motivo imputável à **DISTRIBUIDORA**, a data de vencimento será automaticamente postergada por prazo igual ao do atraso verificado.

**Parágrafo Terceiro.** A **Fatura** conterà, além dos **Encargos de Uso e Conexão**, os **Tributos** e demais valores a serem pagos pelo **CONSUMIDOR**, conforme estabelecido em legislação específica.

**Parágrafo Quarto.** As **Faturas** serão entregues ao **CONSUMIDOR** no endereço da **Unidade Consumidora** indicado no item “B” da “**PARTE I**” ou em outro endereço que venha a ser indicado pelo **CONSUMIDOR**, podendo, alternativamente, ser em endereço eletrônico, desde que autorizado pelo **CONSUMIDOR**.

**Cláusula 35ª.** O pagamento da **Fatura** na data do vencimento não será afetado por discussões entre as **PARTES**, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **VIII. MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS**

**Cláusula 36<sup>a</sup>.** Fica caracterizada a mora quando o **CONSUMIDOR**, por sua culpa, deixar de liquidar qualquer **Fatura** devida nos termos deste **Contrato** na respectiva data de vencimento.

**Parágrafo Primeiro.** Caso haja atraso no pagamento de qualquer **Fatura** emitida com base no presente **Contrato**, por culpa exclusiva do **CONSUMIDOR**, incidirão sobre as **Faturas** em atraso os seguintes acréscimos moratórios: **(i)** atualização monetária pela variação do **IPCA**, a ser acrescida sobre o principal; **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, a ser acrescida sobre o principal; e **(iii)** multa de 2% (dois por cento), a ser acrescida sobre o principal.

**Parágrafo Segundo.** Em caso de atraso ou falta de pagamento dos valores devidos pelo **CONSUMIDOR**, por qualquer motivo, a **DISTRIBUIDORA** poderá suspender a conexão e o uso do **Sistema de Distribuição**, nos termos da regulamentação aplicável.

### **IX. GARANTIAS**

**Cláusula 37<sup>a</sup>.** A **DISTRIBUIDORA** poderá exigir do **CONSUMIDOR**, caso este tenha inadimplido mais de uma **Fatura** mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido, exceto quando se tratar de **CONSUMIDOR** prestador de serviços públicos essenciais, ou cuja unidade consumidora pertença à classe residencial ou subclasse rural residencial da classe rural, conforme definido no art. 345, da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07/12/2021.

**Parágrafo Primeiro.** No caso de exigência da garantia, a **DISTRIBUIDORA** deverá notificar o **CONSUMIDOR** por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

**Parágrafo Segundo.** A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do **CONSUMIDOR**, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do **CONSUMIDOR**, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da **DISTRIBUIDORA**, com entrega comprovada ao **CONSUMIDOR**. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a **DISTRIBUIDORA** poderá exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo **CONSUMIDOR** no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela **DISTRIBUIDORA**.

**Parágrafo Terceiro.** O descumprimento pelo **CONSUMIDOR** das obrigações previstas nesta **Cláusula** poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

## **X. QUALIDADE E CONTINUIDADE**

**Cláusula 38ª.** A **DISTRIBUIDORA** deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações. A **DISTRIBUIDORA** obriga-se, ainda, a manter os índices mínimos de qualidade/continuidade relativos aos serviços de distribuição indicados na regulamentação específica vigente, até o limite do **MUSD Contratado** e dos níveis de tensão indicados em **Acordo Operativo**, quando aplicável.

**Parágrafo Primeiro.** Caso fique comprovado o não atendimento dos referidos índices mínimos de qualidade/continuidade, a **DISTRIBUIDORA** sujeita-se ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável, as quais terão natureza de multa compensatória por todos os danos diretos e indiretos sofridos pelo **CONSUMIDOR** em decorrência do não atendimento dos índices em questão.

**Parágrafo Segundo.** Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à **DISTRIBUIDORA** por prejuízos que o **CONSUMIDOR** eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes da ação ou omissão do próprio **CONSUMIDOR**, ou em decorrência de **Caso Fortuito** ou de **Força Maior**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **XI. RESPONSABILIDADE**

**Cláusula 39ª.** A **DISTRIBUIDORA** ficará isenta de qualquer responsabilidade, na hipótese de ocorrerem defeitos nos equipamentos de medição que possam causar problemas no fornecimento de **Pulsos**, ou qualquer outro sinal gerado pela medição utilizada pelo **CONSUMIDOR**, bem como de qualquer responsabilidade por danos ocorridos nas instalações do **CONSUMIDOR** decorrentes de eventuais falhas no fornecimento de **Pulsos**, sendo que estas falhas não poderão servir como justificativas para reivindicações de qualquer espécie.

**Cláusula 40ª.** A responsabilidade do **CONSUMIDOR** com relação aos danos materiais causados a equipamentos de propriedade de outros consumidores da **DISTRIBUIDORA** será regida na forma disposta nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo Primeiro.** O **CONSUMIDOR** será responsável por danos causados a equipamentos elétricos de propriedade de outros consumidores da **DISTRIBUIDORA** por perturbações nas **Instalações de Conexão**, cuja responsabilidade possa ser exclusiva e comprovadamente atribuída a ele em decorrência de um processo de **Análise de Perturbação**, conforme procedimentos e prazos estabelecidos nos **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**.

**Parágrafo Segundo.** Caso o processo de **Análise de Perturbação** atribua ao **CONSUMIDOR** a responsabilidade, o ressarcimento do valor da indenização paga pela **DISTRIBUIDORA** a outros consumidores deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da conclusão do processo de **Análise de Perturbação**.

**Cláusula 41ª.** Nenhuma responsabilidade caberá à **DISTRIBUIDORA**:

1. por perdas e danos eventualmente sofridos pelo **CONSUMIDOR** e/ou terceiros, oriundos da suspensão ou da interrupção total ou parcial do fornecimento de energia elétrica;
2. por perdas e danos causados pelos fenômenos da **Qualidade do Produto** estabelecidos no **Procedimentos de Distribuição - PRODIST** que sejam decorrentes de motivos de **Caso Fortuito ou de Força Maior**, entre os





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quais se incluem, exemplificadamente, greves, secas, guerras, fenômenos meteorológicos, acidentes nas instalações próprias ou de terceiros supridores de energia ao sistema da **DISTRIBUIDORA**, impedimentos legais ou outras razões alheias à vontade da **DISTRIBUIDORA**, ou ainda por determinação dos **Poderes Público**;

3. por qualquer tipo de danos elétricos, em conformidade com o determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07/12/2021 e **Procedimentos de Distribuição - PRODIST**, Módulo 9, item 3.2.

**Parágrafo Único:** Caberá ao **CONSUMIDOR** manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas da **Unidade Consumidora**, os aterramentos e as devidas proteções internas em perfeito estado de conservação.

## **XII. SUSPENSÃO DO USO E DA CONEXÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO**

**Cláusula 42ª.** A **DISTRIBUIDORA** poderá suspender o uso e a conexão do **Sistema de Distribuição** por parte do **CONSUMIDOR**, por motivos de irregularidade técnica, falta de pagamento e descumprimento de obrigações relativas à prestação de garantia, nos termos previstos na regulamentação em vigor e detalhados no presente **Contrato**.

**Cláusula 43ª.** A **DISTRIBUIDORA** também poderá suspender o uso e a conexão do **Sistema de Distribuição** por parte do **CONSUMIDOR**, nos termos previstos na regulamentação aplicável, mediante notificação prévia por escrito ao **CONSUMIDOR**, pelos seguintes motivos:

1. não pagamento da fatura relativa à cobrança dos **Encargos de Uso e Conexão**;
2. impedimento de acesso à **Unidade Consumidora** para fins de leitura, substituição de medidor, inspeções, devendo a distribuidora notificar o **CONSUMIDOR** até o terceiro **Ciclo de Faturamento** seguinte ao início do impedimento;
3. inexecução das correções indicadas no prazo informado pela **DISTRIBUIDORA**, quando da constatação de deficiência não emergencial na **Unidade Consumidora**, em especial no padrão de entrada de energia elétrica;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. inexecução das adequações técnicas indicadas no prazo informado pela **DISTRIBUIDORA**, quando, à sua revelia, o **CONSUMIDOR** utilizar na **Unidade Consumidora** carga que provoque distúrbios ou danos ao sistema elétrico de distribuição, ou ainda às instalações e equipamentos elétricos de outros consumidores; e
5. descumprimento das obrigações relativas à prestação de garantia, quando aplicável.

**Parágrafo Único.** Caso a **DISTRIBUIDORA** não tenha tomado as providências para que a suspensão ocorra em até 90 (noventa) dias do vencimento da **Fatura** não paga, a **DISTRIBUIDORA** deverá comprovar o impedimento por motivo justificável, sob pena de estar impedida de suspender a conexão em decorrência daquela **Fatura**.

### **XIII. ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL**

**Cláusula 44ª.** O encerramento deste **Contrato** pode ocorrer, alternativamente, nas seguintes circunstâncias:

1. por manifestação expressa do **CONSUMIDOR** contrária à renovação automática, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste **Contrato**;
2. pedido do **CONSUMIDOR** para encerramento do **Contrato** e consequente desligamento da **Unidade Consumidora**, considerando-se, neste caso, terminado o **Contrato** a partir da data do recebimento da solicitação pela **DISTRIBUIDORA**;
3. decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à **Unidade Consumidora**;
4. ação da **DISTRIBUIDORA**, quando houver solicitação de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma **Unidade Consumidora**;
5. decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação do **CONSUMIDOR**;
6. revogação do Ato Autorizativo do **CONSUMIDOR**; ou
7. o desligamento do **CONSUMIDOR** da **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 45ª.** O encerramento antecipado do **Contrato** implica as seguintes cobranças, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste **Contrato** ou na regulamentação aplicável:

1. o correspondente aos faturamentos do **MUSD Contratado** subsequentes à data do encerramento contratual antecipado, limitado a 3 (três) meses para os subgrupos AS ou A4 e 6 (seis) meses para os demais, para os postos horários de ponta e fora de ponta, quando aplicável; e
2. o correspondente ao faturamento dos montantes mínimos previstos na regulamentação em vigor, pelos meses remanescentes além do limite fixado na alínea “a”, sendo que para a modalidade tarifária horária azul a cobrança deve ser realizada apenas para o posto tarifário fora de ponta.

**Parágrafo Primeiro:** Para **Unidade Consumidora do Grupo A** optante por **Tarifa do Grupo B**, a cobrança de que trata o *caput* é definida pelo faturamento dos meses remanescentes ao término da vigência do **Contrato**, obtido pelo produto da TUSD fio B, vigente na data de solicitação do encerramento, sobre a média dos consumos de energia elétrica disponíveis precedentes à data do encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos.

**Parágrafo Segundo:** O disposto nesta **Cláusula** não exime o **CONSUMIDOR** do ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados relativos ao cálculo do encargo de responsabilidade da **DISTRIBUIDORA** e de outras cobranças estabelecidas neste **Contrato**, em Resolução ou em normas específicas.

**Cláusula 46ª.** A rescisão do presente **Contrato**, em qualquer hipótese, não libera as **PARTES** das obrigações devidas até a data da efetiva rescisão e não afeta ou limita qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em pleno vigor e efeito após a data de rescisão ou que dela decorra.

## **XIV. CONFIDENCIALIDADE**

**Cláusula 47ª.** Cada uma das **PARTES** concorda que todas as informações e dados disponibilizados à outra serão considerados confidenciais, conforme preceitua este **Contrato**, e não divulgará tais informações para terceiros



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sem que a outra **PARTE**, a priori, aprove por escrito, excetuando o contido nos parágrafos abaixo.

**Parágrafo Primeiro.** Esta **Cláusula** não se aplicará às informações que estiverem no domínio público.

**Parágrafo Segundo.** Esta **Cláusula** não eximirá uma das **PARTES** do fornecimento de qualquer informação à outra, a **ANEEL**, ou ainda ao **Operador Nacional do Sistema - ONS** bem como, se necessário for, a outros agentes do setor elétrico em situações de **Análise de Perturbações**, requeridas em conformidade com as normas dos **Procedimentos de Rede** e de **Acordo Operativo**, quando aplicável.

## XV. DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula 48ª.** Quando aplicável, o **CONSUMIDOR** deverá informar à **DISTRIBUIDORA** sobre qualquer mudança relacionada aos dados cadastrais da **Unidade Consumidora**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo certo que, enquanto a referida alteração não for devidamente comunicada à **DISTRIBUIDORA**, os dados constantes das condições específicas produzirão todos os efeitos contratuais previstos.

**Parágrafo Primeiro.** Alterações somente serão consideradas eficazes e aptas a produzirem os efeitos esperados após prévia e expressa anuência da **DISTRIBUIDORA**.

**Parágrafo Segundo.** Comunicações entre as **PARTES** deverão ser realizadas na forma estabelecida neste **Contrato**.

**Parágrafo Terceiro.** Dependendo da alteração solicitada pelo **CONSUMIDOR**, o prazo previsto no parágrafo acima poderá ser alterado, mediante:

1. Acordo escrito entre as **PARTES**; ou
2. Lei, Decreto ou Resolução que determine prazo diverso.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 49ª.** Quaisquer dúvidas ou omissões eventualmente existentes neste **Contrato** serão dirimidas pela legislação aplicável.

**Cláusula 50ª.** As **PARTES** reconhecem e declaram ter conhecimento da Resolução Normativa **ANEEL** N° 1.000 de 17/12/2021 e de todas as regras que disciplinam o relacionamento entre as **PARTES**, estando plenamente cientes de seu conteúdo e submetidas às suas condições, e de que o texto integral da mencionada resolução está disponível pela Internet no “site” da **DISTRIBUIDORA** e da **ANEEL**, bem como nos postos de atendimento da **DISTRIBUIDORA**.

**Parágrafo Primeiro.** As **PARTES** reconhecem e aceitam que quaisquer modificações supervenientes na legislação e regulamentação do serviço público de energia elétrica, com repercussão no relacionamento entre as **PARTES** aqui avençado, serão automática e imediatamente aplicáveis a este instrumento, independentemente de qualquer aditamento contratual.

**Parágrafo Segundo.** Toda e qualquer alteração deste **Contrato** somente tem validade se formalizada em termo aditivo assinado pelas **PARTES**, observando-se o disposto na legislação aplicável.

**Cláusula 51ª.** A **DISTRIBUIDORA** e o **CONSUMIDOR** comprometem-se a seguir e respeitar a legislação e regulamentação aplicáveis ao presente **Contrato**, os **Procedimentos de Distribuição**

- **PRODIST, Procedimentos de Rede**, inclusive quanto às normas técnicas, padrões vigentes e às limitações operativas dos equipamentos das **PARTES**.

**Cláusula 52ª.** O não exercício de qualquer dos direitos decorrentes das cláusulas e condições previstas neste **Contrato** não será considerado como renúncia ou novação, por qualquer das **PARTES**.

**Cláusula 53ª.** Todas as notificações e comunicações referentes ao presente **Contrato** deverão ser feitas por escrito e enviadas para os endereços das **PARTES** constantes dos itens “A” e “B” da “**PARTE I**”. Eventuais alterações em referidos endereços deverão ser comunicadas de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

uma **PARTE** à outra na forma ora definida, sendo certo que na ausência desta informação por escrito, será reputada como devidamente recebida qualquer notificação enviada aos endereços supra mencionados.

**Cláusula 54ª.** As **PARTES** reconhecem que este **Contrato** constitui título executivo, na forma do artigo 784, inciso III do Novo Código de Processo Civil, e que as obrigações aqui contidas poderão ser objeto de execução específica.

**Cláusula 55ª.** O **CONSUMIDOR** consentirá, a qualquer momento, que representantes da **DISTRIBUIDORA**, devidamente credenciados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, fornecendo-lhes as informações que necessitarem, relativas ao funcionamento dos equipamentos e instalações que estejam ligados ao sistema elétrico da **DISTRIBUIDORA**.

**Cláusula 56ª.** O presente **CONTRATO** obrigará e reverterá em favor das **PARTES** e seus sucessores a qualquer título e não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou parcialmente, sem a prévia aprovação, por escrito, da outra **PARTE**. Ressalva-se que a **DISTRIBUIDORA** está autorizada, desde já, a ceder seus direitos e obrigações segundo o presente **CONTRATO**, a qualquer empresa afiliada, controlada, coligada ou que integre o seu grupo econômico e/ou societário, a uma sociedade que adquira todos ou substancialmente todos os ativos da **DISTRIBUIDORA**, ou a qualquer sucessor em uma fusão, cisão, **incorporação** ou aquisição da **DISTRIBUIDORA**.

**Cláusula 57ª.** A **DISTRIBUIDORA** poderá exigir a apresentação de documento que comprove a propriedade ou posse do imóvel, para fins de alteração da titularidade da **Unidade Consumidora**.

**Cláusula 58ª.** A “**PARTE I**” assinada e a presente “**PARTE II**”, devidamente rubricada pelas **PARTES**, em conjunto indissociável integram o presente **Contrato**, que constitui o integral e único acordo entre as **PARTES** com relação ao seu objeto, substituindo e sobrepondo-se a todo e qualquer entendimento entre as **PARTES**, verbal e/ou escrito, anterior e/ou concomitante à data de sua assinatura.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Parágrafo Primeiro.** Havendo qualquer divergência entre de um lado, o disposto na “**PARTE I**” e, de outro lado, o previsto nesta “**PARTE II**”, prevalecerá o disposto nesta “**PARTE II**”.

**Parágrafo Segundo.** Este **Contrato** revoga e substitui quaisquer entendimentos ou contratos anteriormente tidos ou celebrados entre as **PARTES** a respeito do mesmo objeto, sendo mantidos os demais acordos de diferentes objetos e em especial os acordos referentes à execução de obras.

**Cláusula 59ª.** Na hipótese de qualquer termo, cláusula, avença, condição ou disposição deste **Contrato** vir a ser declarado ou considerado ilegal, inválido, nulo ou inexecutável por decisão administrativa e/ou judicial, as disposições remanescentes não serão afetadas, prejudicadas e/ou invalidadas, permanecendo em plena vigência, vigor, eficácia e aplicação. À ocorrência da hipótese aqui prevista, as **PARTES** se obrigam, desde já, a buscar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável.

**Cláusula 60ª.** Os nomes dos títulos e cláusulas deste **Contrato** não serão considerados para efeitos de interpretação deste **Contrato**, prestando-se tão somente para a indicação do conteúdo respectivo.

**Ajuste 61ª.** As **PARTES** elegem o Foro do local da sede da **DISTRIBUIDORA**, para dirimir conflitos que não possam ser resolvidos amigavelmente ou por mediação administrativa, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, exceto para os casos em que o **CONSUMIDOR** seja submetido a Lei nº 14.133/21, conforme indicação no item “**M**” da “**PARTE I**”, sendo neste caso eleito o Foro da sede da administração pública.

Resumo desta contratação:

**Processo:** 0002406-63.2022.6.22.8000 - SEI TRE-RO

**Projeto Básico:** 5/SEAP/TRE-RO (Evento 0887707)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Objeto:** Fornecimento de energia elétrica para atender o Fórum Eleitoral de Ariquemes, localizado no interior do Estado de Rondônia, conforme detalhado a seguir:

**Características da UNIDADE CONSUMIDORA do CLIENTE:**

<b>Código Único</b>	<b>Atividade Exercida</b>	<b>Endereço</b>	<b>Município/Estado</b>	<b>Características da Forma de Contratação de Energia</b>
000095-7	Órgão Público Federal – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixo Baixa União - CEP 76.805.859	Porto Velho/RO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 Classe: Poder Público

**Características dos Pontos de entrega:**

	<b>Código Único</b>	<b>Município</b>	<b>Endereço</b>
1	20/568810-6	Ariquemes/RO	Travessa Aquariquara, 3631, Setor Institucional, CEP: 76.872-856

**Vigência:** 60 (sessenta) meses, iniciando-se em 01 de fevereiro de 2023 e terminando em 31 de janeiro de 2028, não podendo ser prorrogado.

**Valor total estimado:** R\$ 204.084,44 (duzentos e quatro mil, oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

**Fonte de recurso:** Nota de Empenho a ser emitida no exercício de 2023.

**Fundamentação Legal:** Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso XXII, do art. 24, da Lei 8.666/93.

**Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação:** Despacho TRE-RO 1605-GABDG, de 16/12/2022 (evento [0959183](#))



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Unidade Gestora/Fiscalizadora desta contratação:** A gestão ficará a cargo do titular da Seção de Administração Predial – SEAP, e a fiscalização será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial – SEMAP (com relação às unidades localizadas na capital Porto Velho/RO) e a fiscalização será exercida pelo Chefe de Cartório Administrador de cada Fórum Eleitoral (com relação às unidades localizadas no interior do Estado de Rondônia), sendo que na ausência dos titulares referidos essas funções serão exercidas por seus respectivos substitutos, cabendo a todos mencionados as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO e por outras normas que venham atualizá-la ou substituí-la.

**LGPD:** A partir da assinatura do presente instrumento, as partes contratantes se comprometem a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.790/2018.

**Publicação:** O TRE-RO publicará o extrato desta contratação no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral – DJE e no Diário Oficial da União – DOU, no prazo legal estabelecido.

Compõem a presente contratação o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e o Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER, tendo sido dispensado pela Energisa o Contrato de Adesão Poder Público (DESC/CRCE).



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 21/12/2022, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **KRISTIANY MARTINS BRILHANTE, Usuário Externo**, em 30/12/2022, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **IVAN LIMA, Usuário Externo**, em 30/12/2022, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/12/2022, às 10:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/12/2022, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0960330** e o código CRC **05F41C36**.

0002406-63.2022.6.22.8000

0960330v2

## **PROJETO BÁSICO Nº 5/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

### **1 - INTRODUÇÃO**

Em cumprimento ao que prescreve os artigos 6º, IX, e 7º, I, § 2º e § 9º, da Lei 8.666/93, bem como o disposto na Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Projeto Básico com vista a contratação direta com a ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para atender as necessidades das unidades deste Tribunal, quanto ao fornecimento de energia elétrica, conforme disposições a seguir.

### **2 - OBJETO**

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Energia Elétrica para atender ao Fórum Eleitoral de Ariquemes localizado no interior do Estado de Rondônia, conforme quadro abaixo, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.1. O quadro abaixo discrimina as características da UNIDADE CONSUMIDORA do CLIENTE:

Código Único	Atividade Exercida	Endereço	Município/Estado	Características da Forma de Contratação de Energia
--------------	--------------------	----------	------------------	--





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

000095-7	Órgão Público Federal – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CPE: 76.805-901	Porto Velho/RO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 Classe: Poder Público
----------	---	--	----------------	--

2.2. O quadro abaixo discrimina as características do PONTO DE ENTREGA:

Código Único	Localização	Tensão Nominal a ser fornecida	Tensão a ser Contratada
0568810-6	Travessa Aquariquara, 3631 – Setor Institucional – Ariquemes/RO, CEP 76.872-856	13,8 kV	13,8 kV

### **3 - JUSTIFICATIVA**

Em atendimentos ao art. 2º da IN nº 004/2008-TRE/RO, este instrumento foi elaborado com base nos **princípios** do planejamento e da objetividade.

Do **Planejamento**: Este Projeto Básico foi elaborado, a fim de que a Administração conheça a necessidade, identifique adequadamente o objeto a ser adquirido e faça a adequada reserva orçamentária.

Da **Objetividade**: Para o funcionamento das unidades da Justiça Eleitoral, faz-se necessário o uso de equipamentos, tais como computadores, condicionadores de ar, luminárias entre outros, e para o funcionamento destes equipamentos faz-se necessário o fornecimento de energia elétrica.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atualmente, em todas as localidades onde há unidades da Justiça Eleitoral o fornecimento de energia elétrica é feito exclusivamente pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica para todo o Estado. Tal fornecimento é feito de acordo com; **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD 001/2018 (0261871)** e **CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER 002/2018 (0261871)**; pelo prazo de 60 (sessenta) meses, cuja vigência terminará em 31/01/2023.

Além disso, a aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** – Com o levantamento da necessidade de contratação, a adequada caracterização do objeto, e o levantamento de custos, o planejamento e a execução orçamentária estarão pautados na real necessidade e com foco na racionalização dos recursos.

### **4 – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A contratação, s.m.j, deverá ser feita por Dispensa de Licitação, pois conforme prevê o inciso XXII do art. 24 da Lei 8.666 “*é dispensável a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica*”.

### **5 – DO PRAZO**

Propõe-se a vigência do contrato em 60 (sessenta) meses, **iniciando-se em 01 de fevereiro de 2023 e terminando em 31 de janeiro de 2028**, considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de Energia Elétrica no estado de Rondônia.

Assim, será mais vantajoso para a administração, tendo em vista a economicidade alcançada no dimensionamento da contratação pelo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prazo máximo legal, tornando desnecessárias as prorrogações anuais, já que não haverá como realizar comparativos de vantajosidade, vez que os preços são definidos nacionalmente pela Agência Reguladora do setor.

Ademais, caso o mercado venha a se alterar criando alguma competitividade, poderá a Administração, a qualquer tempo, usando dos poderes legais a ela conferidos, rescindir a avença e realizar o certame licitatório.

### **6 - DO VALOR/CONSUMO ESTIMADO**

Por se tratar de fornecimento de serviços de Energia Elétrica, não é possível estimar a quantidade exata a ser contratada, estima-se o montante em valores tendo por base o consumo dos anos anteriores, autos PSEI [0000592-55.2018.6.22.8000](#) e copilado no quadro a seguir.

Ano	Consumo em kwh	Valor em R\$
2018	33.452	21.941,42
2019	42.933	34.380,13
2020	44.426	34.649,58
2021	20.123	16.589,65
2022 *	30.537	24.770,16

\*O Consumo refere-se a 7 meses de consumo e se manter a mesma média de consumo, deverá fechar o ano com 52.349kwh e valor de R\$ 42.349,04 (quarenta e dois mil trezentos e quarenta e nove reais e quatro centavos).

### **ESTIMATIVA DE CONSUMO PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS**

Com projeção de custos com os mesmos índices de consumo e correção anual em 10%, sobre o valor da tarifa, tem-se o valor total a ser pago para os anos de 2023 a 2027, conforme tabela abaixo, e o valor total para o período do contrato é de **R\$ 204.084,44** (duzentos e quatro mil oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) .

Projeção de consumo e de Custos			
Ano	Consumo em kwh	Tarifa Estimada R\$	Valor em R\$
2023*	39.355,25	0,761156	29.955,48
2024	44.426	0,837271	39.196,63
2025	42.933	0,920998	39.541,24



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2026	44.426	1,013098	45.007,92
2027	42.933	1.013098	47.844,88
2028**	3.702,16	1,114408	4.538,29
Total	217.651		<b>204.084,44</b>

\* O consumo refere-se a 11(onze) meses de contrato.

\*\* O consumo refere-se a 1 (um) mês de contrato.

Para a estimativa dos consumos anuais e totais, com os respectivos valores, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Para o ano de 2023 utilizou-se como parâmetro de estimativa de consumo registrado no ano de 2019, entretanto para o ano de 2024 foi utilizado como parâmetro o ano de 2020 visto ser ano em que foram realizadas eleições gerais, tendo a mesma sistemática repetida para os anos de 2025, 2026, 2027 e 2028.

- Não foram consideradas projeções para possível aumento de consumo de energia elétrica em função de crescimento natural do órgão ao longo do período, haja vista a constante busca e implantação de ações ensejadoras de redução do consumo e ainda a eficiência energética dos novos equipamentos desenvolvidos pela indústria, contribuem para que não haja crescimento natural de consumo.

- No que se refere a valores, foi utilizada como base a tarifa atualmente vigente de R\$ 0,691960, com estimativa de reajuste anuais de 10% (dez por cento), já considerado para o ano de 2023, geralmente aplicado no mês de novembro de cada ano.

### **7 - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

A despesa para contratação do serviço decorrente do presente Projeto Básico correrá inicialmente com recursos do Orçamento Anual de 2023 deste Tribunal, autos **SEI 0000425-96.2022.6.22.8000**, conforme quadro abaixo, sendo que para os demais exercícios ocorrerá com recursos dos respectivos orçamentos:

Para o exercício de 2023 o valor estimado é de **R\$ 29.955,48** (vinte e nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e oito centavos), correspondente a 11/12 do consumo anual, visto que o novo contrato iniciará em 01 de fevereiro de 2023.

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
PLANO INTERNO:	AIEF ENERGI.
VALOR (2023) :	<b>R\$ 29.955,48</b>

## **8 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS**

8.1 – Característica da UNIDADE CONSUMIDORA do  
CLIENTE:

<b>Código Único</b>	<b>Atividade Exercida</b>	<b>Endereço</b>	<b>Município/Estado</b>	<b>Características da Forma de Contratação de Energia</b>
000095-7	Órgão Público Federal – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixo Baixa da União - CEP 76.805.859	Porto Velho/RO	Consumidor: Cativo, Subgrupo B3 Classe: Poder Público

8.2 – Características dos Pontos de entrega:

<b>Sigla</b>	<b>Código Único</b>	<b>Município</b>	<b>Endereço</b>	<b>Tensão Nominal</b>	<b>Tensão Contratada</b>
--------------	---------------------	------------------	-----------------	-----------------------	--------------------------



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				de Forn ecim ento	
1	20/56 8810 -6	Arique mes	TRAVESSA AQUARIQUARA, 3631 - 76872856, Setor Industrial	220/ 127 V	220/12 7 V

Obs: O ponto de entrega acima é o mesmo que faz parte do Contrato 002/2018 vincendo.

### **9 – DO CONTRATO E SUAS CLÁUSULAS**

Por se tratar de contrato de adesão, regulamentado por legislação específica, as regras contratuais estão dispostas na Minuta de Contrato em anexo([0882757](#)), fornecida pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.

### **10 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Será gestor do contrato o Chefe da Seção de Administração Predial – SEAP, auxiliado por servidores lotados na unidade.

Para as unidades localizadas na capital será fiscal do contrato será o chefe da Seção de Manutenção Predial-SEMAP.

Para as unidades do interior do Estado, será fiscal do contrato o Chefe de Cartório Administrador de cada Fórum Eleitoral e ainda cabe aos substitutos das unidades mencionadas a respectiva gestão e fiscalização, nas ausências dos titulares, cabendo a esses, no exercício dessas funções, as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **11 - DOS ANEXOS**

- 1 - E-mail solicita Documentos da Energisa ([0881266](#));
- 2 - Carta de Exclusividade ([0882748](#));
- 3 - Documento Procurador Ivan ([0882750](#));
- 4 - Documento Procuradora Kristiany ([0882751](#));
- 5 - Modelo de contrato CUSD ([0882753](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6 - Modelo de contrato CCER ([0882757](#));

7 - Resolução de Valores e Tarifas ([0882758](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LAURENCI BERNARDINO, Chefe de Seção**, em 30/08/2022, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002406-63.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial – SEAP.

ASSUNTO: Análise - Dispensa de licitação – Contratação de pessoa jurídica - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica ao Fórum Eleitoral de Ariquemes.

**PARECER JURÍDICO Nº 203 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([0881254](#)), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de média tensão para atender a unidade do Fórum Eleitoral de Ariquemes localizado no interior do Estado de Rondônia, considerando o esgotamento do prazo máximo de vigência do contrato atualmente em vigor em 31/01/2023.

**02.** Para a instrução inicial a SEAP trouxe ao processo os seguintes documentos, no que relevante:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I - carta de Exclusividade** expedida pela própria ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, que atesta que essa empresa (...) *é a distribuidora de energia elétrica no Estado de Rondônia, detendo a exclusividade, respeitado o que estabelece as subcláusulas 3ª e 4ª da Cláusula Primeira, do Contrato de Concessão nº. 002/2018 – ANEEL, celebrado em 30 de outubro de 2018.* ([0882748](#));

**II** - minutas dos contratos-padrão de adesão, com os seguintes conteúdos:

a) CONTRATO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD ([0882753](#));

b) CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER ([0882757](#)).

**III** - Documentos pessoais dos representantes da ENERGISA, **Kristiany Martins Brilhante** juntados no evento [0881104](#) e **Ivan Lima**, juntados no evento [0881103](#).

**IV** - Resolução homologatória ANEEL n. 2.990, de 7 de dezembro de 2021, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A. - ERO, sendo que, de acordo com o art. 3º desse ato, as tarifas de aplicação constantes da Tabela 1, Grupo A, e da Tabela 2, Grupo B, do seunexo, estarão em vigor no período de 13 de dezembro de 2021 a 12 de dezembro de 2022 ([0882758](#)).

**03.** Ultimada a fase inicial, a SEAP elaborou a Solicitação n. 48, na qual já apontou a possibilidade de processá-la com dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93 ([0882771](#)). Verifica-se que nesse documento a SEAP informou que a solicitação não substituiria os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e, considerando a resolução que trata de valores e tarifas, solicitou a indicação do Servidor ANDRÉ PIMENTEL, lotado na SEMAP, para auxiliar na escolha do melhor modelo de contrato e de tarifa de fornecimento de energia elétrica para atender as demandas deste Tribunal.

**04.** Por meio do Despacho n. 2100/2022 ([0883048](#)), o titular da SAOFC autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar (ETP), da informação conclusiva do valor estimado e do projeto básico (PB) para a contratação pretendida, segundo afirma, com previsão no Plano Anual de Contratações 2022 - item 29, plano interno IEF VIGELE, e adequado à proposta orçamentária. Na sequência, juntou-se ao processo a planilha com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o histórico de consumo de energia elétrica do fórum de Ariquemes ([0884839](#)).

**05.** De posse dessas informações, a unidade demandante juntou o ETP para dispensa e inexigibilidades de licitação n. 10 ([0887704](#)); a Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação, no valor de **R\$ 204.084,44** (duzentos e quatro mil, oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) - [0887706](#) - que diz respeito à previsão de consumo de energia elétrica para os anos de 2023-2028; por fim, o **PROJETO BÁSICO N. 5/2022-SEAP** ([0887707](#)), contendo os contornos gerais da contratação, notadamente a especificação do objeto, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico, a possibilidade de contratação direta com dispensa de licitação, prazo de 60 meses para a execução e vigência do contato, valor estimado e fonte orçamentária, identificação da unidade consumidora e do ponto de entrega, o regime jurídico do contrato de adesão, com suas cláusulas e condições na forma do modelo padrão enviado pela Energisa, gestão e fiscalização do contrato e descrição dos anexos.

**06.** Por meio do Despacho n. 2216/2022 ([0888494](#)), o titular da SAOFC determinou a programação orçamentária pela COFC, análise dos documentos pela SAC, juntada da minuta de instrumento contratual pela SECONT e análise jurídica por esta unidade.

**07.** Na sequência veio ainda ao processo:

a) Informação n. 260/2022 ([0888907](#)), onde o Coordenador da COF informou o valor de R\$ 470.219,00 (quatrocentos e setenta mil, duzentos e dezenove reais) previsto na PLOA 2023, oportunidade em que registrou: "*Processo de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, conforme TR/PB supra referenciado. Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2023, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023.***";

b) solicitação de Diligências pela SAC, para que a SEAP juntasse as certidões de Tributos Federais; FGTS; Obrigações trabalhistas e CNJ da ENERGISA ([0890145](#)) e que fosse incluído no PB a previsão de habilitação;

c) certidões para comprovação das condições mínimas para contratar com a Administração Pública, a saber:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c1) certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União ([0894965](#)) e, ainda, a comprovação de situação cadastral ativa da empresa no CNPJ ([0894969](#)).

c2) certidão de regularidade do FGTS ([0894966](#));

c3) certidão negativa de débitos trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho ([0894967](#));

c4) certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo CNJ ([0895138](#));

d) Informação n. 144/2022/SEAP ([0894986](#)) quanto à juntada das certidões solicitadas pela SAC e esclarecendo sobre a ausência de regras para habilitação, por se tratar de contrato de adesão com fornecedor único.

**08.** Verifica-se que a Seção de Apoio às Contratações - SAC, analisou o referido projeto básico e conclui por regularidade para a contratação direta com inexigibilidade de licitação (*sic*) - [0895111](#).

**09.** Dessa forma instruídos, aportaram os presentes autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**10.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002406-63.2022.6.22.8000) até a presente data.

**11.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

**12.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**14.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

**3.1 Da possibilidade de contratação da ENERGISA, única fornecedora do objeto pretendido no Estado de Rondônia - Inviabilidade de competição - Orientação do TCU: aplicação da regra especial de dispensa de licitação - Art. 24, XXII, Lei n. 8.666/93.**

**15.** Como sabido, resta pacífica a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação quando ausente a viabilidade competitiva para o objeto pretendido pela Administração com fundamento no art. 25, *caput* da Lei n. 8.666/93. O **Manual de Licitações & Contratos** do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Caracteriza-se inexigibilidade de licitação por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atenda às necessidades da Administração.

Na inexigibilidade, a licitação não é possível pela inviabilidade de competição e, portanto, desnecessário o procedimento licitatório. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, p. 618).

**16.** Contrário senso, havendo possibilidade de instaurar-se competição para o fornecimento do objeto, não poderá a Administração lançar mão da via excepcional da inexigibilidade, como assentado, de forma exemplificativa, no **Acórdão TCU n. 125/2005 - Plenário**:

**Acórdão 125/2005 Plenário:** Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

**17.** Pelo que se vislumbra dos documentos e informações que instruem o processo - e que constam do relato deste parecer, há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por **ausência de mercado concorrencial** em todo o Estado de Rondônia, no qual apenas a ENERGISA é a distribuidora de energia elétrica de acordo com a **Carta de Exclusividade** juntada no evento [0882748](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** Não obstante, a SEAP indica no capítulo 4 do PB a possibilidade da contratação ser processada com dispensa de licitação, com fundamento no inciso XXII do art. 24 da Lei n. 8.666/93. **De fato!** Sem embargo das críticas que se pode tecer ao citado dispositivo, o entendimento do **Tribunal de Contas da União** firmou-se no linha de que a contratação de suprimento de energia elétrica deve ser realizada por dispensa de licitação, e não por inexigibilidade, ainda que a competição seja inviável. Nesse sentido, vejamos os seguintes arrestos:

### **ACÓRDÃO 426/2016 - PRIMEIRA CÂMARA**

...

Constatação: 9.1.1.2 - Contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica por meio de inexigibilidade de licitação, quando tal situação não é hipótese de inexigibilidade de licitação, mas de dispensa de licitação, conforme determina o artigo 26, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93.

16.7.1. Manifestação da UJ: adotou tal modalidade ao aplicar a Lei 8.666/1993, entendendo que a dispensa só seria possível se houvesse demais concorrentes a fornecer tal serviço, e apresentou posicionamento doutrinário.

16.7.2. Avaliação da CGU: O processo administrativo 54600.000201/2009-13 deu origem à inexigibilidade de licitação 02/2010, declarada em 26/3/2010, tendo por **objeto o fornecimento de energia elétrica**, contratada a empresa Centrais Elétricas do Pará (Celpa). Com despesa estimada em R\$ 108.000,00, fundamentada no art. 25, inciso II da lei 8.666/1993. O correto seria fundamentar em dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXII da mesma Lei de Licitações Sobre esta impropriedade, o Tribunal, por meio do [Acórdão 217/2007-TCU-Plenário](#), já recomendara que se dispense a licitação, quando da contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica, nos termos do art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/1993. (sem destaques no original)

### **ACÓRDÃO 7791/2014 - SEGUNDA CÂMARA**

i.8) contratação de fornecimento de energia por inexigibilidade quando deveria ser por dispensa de licitação, conforme prevê o art. 24, XXII, Lei 8.666/93 (item 6.2.1.2 – peça 5, p. 163-165);

...

173. Seguindo a linha de outros julgados do TCU em contas de outras superintendências regionais do Incra, que incorrem em irregularidades semelhantes, bem como considerando que não houve constatação de desvio de recursos ou locupletamento, devem as contas dos gestores serem julgadas regulares com as seguintes ressalvas:

..

h.5) contratação de fornecimento de energia por inexigibilidade quando deveria ser por dispensa de licitação, conforme prevê o art. 24, XXII, Lei 8.666/93 (item 6.2.1.2 – peça 5, p. 163-165);

**19.** Assim, muito embora se trate de serviços prestados em caráter de exclusividade pela **ENERGISA** e mesmo demonstrada a inviabilidade competitiva, tem-se que, com fundamento no entendimento alicerçado pelo TCU, deverá a administração enquadrar a contratação no hipótese específica e especial de dispensa de licitação prevista



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

expressamente no **artigo 24, XXII, da Lei n. 8666/93**, adiante reproduzido:

Art. 24. É dispensável a licitação:

...

XII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

**20.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, não a isenta de comprovar os requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: **a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço**, na forma do **art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93**.

**21.** No caso em tela, constata-se que a **razão para a escolha do fornecedor** afigura-se clara, vez que a ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, é a **única** em condições para o fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia. Assim, demonstrada a adequação entre a demanda da Administração e a oferta do proponente, como no caso em exame, o requisito está cumprido.

**22.** Quanto ao cumprimento do segundo requisito legal da **justificativa do preço**, há regras específicas definidas por este órgão no documento padronizado denominado INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO, que no caso em análise foi juntado ao processo no evento [0887706](#) e que demonstra - em conjunto com o capítulo 6 do PB e com o quadro tarifária da Energisa ([0882758](#)) - que o valor estimado da contratação foi obtido da seguinte forma, de acordo com a passagem extraída do capítulo 6 do PB e adiante reproduzida:

(...)

Para a estimativa dos consumos anuais e totais, com os respectivos valores, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Para o ano de 2023 utilizou-se como parâmetro de estimativa de consumo registrado no ano de 2019, entretanto para o ano de 2024 foi utilizado como parâmetro o ano de 2020 visto ser ano em que foram realizadas eleições gerais, tendo a mesma sistemática repetida para os anos de 2025, 2026, 2027 e 2028.
- Não foram consideradas projeções para possível aumento de consumo de energia elétrica em função de crescimento natural do órgão ao longo do período, haja vista a constante busca e implantação de ações ensejadoras de redução do consumo e ainda a eficiência energética dos novos equipamentos desenvolvidos pela indústria, contribuem para que não haja crescimento natural de consumo.

**23.** Como se tratam de serviços com previsão de execução pelo prazo de 60 meses - sendo praticamente certo que haverá reajuste no preço das tarifas nesse período - para os exercícios seguintes a 2023 a SEAP





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

utilizou a tarifa atualmente vigente de R\$ 0,691960, com estimativa de reajuste anuais de 10% (dez por cento), já considerando para o ano de 2023 como critério de atualização anual dos valores iniciais, de acordo com a passagem extraída do Anexo II da ICVE adiante reproduzida:

Quanto à estimativa do percentual de reajuste tarifário, em que pese a ausência de um índice específico no modelo de contrato padrão ([0882757](#)), foi considerado o IGP-M, com prospecção de 10% ao ano a partir de 2023, baseado na conjuntura atual, portanto, para os anos de 2023 a 2027 foi utilizado esse percentual **médio** de reajuste, **somente para efeito de metodologia de cálculo da estimativa do valor a ser contratado.**

**24.** A análise das informações extraídas desses documentos revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pelo § 1º do art. 6º c/c o art. 7º da Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

**25.** Assim, verifica-se que o procedimento adotado para a escolha da fornecedora exclusiva dos serviços atende aos requisitos legais arrolados no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93**. Por sua vez, há no processo a comprovação das condições mínimas para contratar com o setor público.

### **3.3 Do Projeto básico e do prazo da contratação pretendida.**

**26.** O Projeto Básico elaborado pela SEAP ([0887707](#)) registra ainda, no que aplicável, os elementos exigidos pelo **inciso IX do art. 6º da Lei n. 8.666/93**. Destaca-se do referido documento o registrado no capítulo 5 que diz respeito ao prazo de vigência do contrato, dimensionado em **60 (sessenta)** meses, a partir de 01/02/2023, com término previsto para o dia 31/01/2028

**27.** A unidade justifica essa opção considerando a inexistência de competitividade do setor, por tratar-se de concessionária única de fornecimento de Energia Elétrica no estado de Rondônia. Segundo ela, será mais vantajoso à administração pela economicidade alcançada pelo ajuste no prazo máximo da Lei 8.666/1993, dispensando desnecessárias as prorrogações anuais, até porque não haverá como realizar comparativos de vantajosidade. Registra ainda que, caso o mercado venha a se alterar criando situação de competição, poderá a Administração, a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer tempo, usando dos poderes legais a ela conferidos, rescindir a avença e realizar o certame licitatório.

**28.** De acordo com o **art. 57 da Lei 8.666/93** impera a regra geral da anualidade para as contratações públicas, sendo, no entanto, possível a prorrogação de alguns ajustes, por iguais e sucessivos períodos por até cinco anos, quando os serviços por ele avençados possuírem natureza contínua, observada a manutenção da vantajosidade para a administração contratante. Contudo, de longa data, o TCU firmou entendimento na **Decisão n. 25/2000 - Plenário**, que o contrato poderá ser dimensionado diretamente por até 60 meses. Veja-se:

.....

**9.3.** Ocorre que a Medida Provisória nº 1.500/96, e alterações posteriores, alterou os termos do inciso II do art. 57, o que levou o Tribunal a deliberar, por meio da Decisão nº 827/96 - Plenário (Ata 51/96), no sentido de excluir as alíneas "a" e "b" do item 8.2 da Decisão nº 695/96, transcritas no subitem anterior desta instrução. A Lei nº 9.648/98 deu ao dispositivo a seguinte redação:

(.....)

II. à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;  
(.....)

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses.

**9.4.** Essa nova redação não exclui a possibilidade de se celebrar o contrato de prestação de serviços de natureza contínua por prazo superior à vigência dos créditos orçamentários, não havendo empecilho para que a duração seja fixada, desde logo, em 60 meses. Esse entendimento, adotado pela Administração, encontra amparo nas lições de MARÇAL JUSTEN FILHO, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 1998, apresentadas pela própria representante (fl. 15), in verbis:

"A contratação pode fazer-se por período total de sessenta meses. Não se afigura obrigatória a pactuação por períodos inferiores. Trata-se de faculdade outorgada pela administração, que poderá optar por períodos inferiores, com renovações sucessivas (até atingir o limite de sessenta meses).

Assim, **parecem excessivamente formalistas as interpretações no sentido de que a contratação deverá respeitar o exercício orçamentário** promovendo-se sua renovação no início do ano seguinte. Essa é uma opção que poderá ser adotada pela Administração, sem que se imponha como única admissível. Em face da lei, é possível que o prazo inicial da contratação ultrapasse o limite da lei orçamentária. Lembre-se que a regra da limitação à rubrica orçamentária consta do caput do artigo e o inc. II consagra exceção a ela." (sem destaques no original)

**29.** Como visto a referida decisão exige que os serviços pretendidos sejam contínuos e que a vigência excepcional seja uma das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

opções, diga-se, justificada pela Administração. Os documentos e as razões apresentadas pela SEAP comprovam ambas as exigências. De fato, trata-se de serviço contínuo, nos termos que definidos pelo **art. 15 da Instrução Normativa SG/MPDGN n. 05 de 26/05/2017**, haja vista que sua interrupção compromete a continuidade da prestação dos serviços finalísticos das unidades. Por sua vez, tratando-se de prestação em regime de monopólio, não teria lugar a verificação periódica de vantajosidade quando das renovações anuais pela ausência material de competição. Dessa forma, a adoção de prazo anual seguido de renovações também anuais afrontaria os **Princípios da Eficiência e Economicidade** da atividade administrativa.

**30.** De notar-se, contudo, que a natureza dos serviços perdem relevância em face da posição há bastante alicerçada pela **Advocacia Geral da União** para quaisquer contratos nos quais a Administração figure como usuário de **serviços públicos essenciais**, como no caso em análise, para os quais poderia até mesmo celebrar os ajustes por prazo indeterminado. Veja-se:

### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011:**

A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECEER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

**31.** Por fim, como anuncia a SEAP no PB, havendo qualquer alteração no mercado que produza um quadro de competitividade, o fato deverá ser noticiado pelo fiscal do contrato para que o gestor, sopesado os demais aspectos, decida por uma eventual remodelagem da contratação.

**32.** De outro lado, o **PROJETO BÁSICO n. 5/2022 - SEAP (0887707)**, complementado pelos demais documentos que instruem o processo, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação.

**33.** Desta forma, afigura-se juridicamente possível à administração realizar a contratação direta, pelo prazo de 60 meses, a partir de 01/02/2023, da ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

S/A, com fulcro no **art. 24, XXII, da Lei n. 8.666/93**, para fornecimento de energia elétrica de **média tensão** ao Fórum Eleitoral de Ariquemes, havendo ainda no processo a demonstração da regularidade mínima da empresa para contatar com a Administração Pública.

### **3.3 Das minutas dos contratos de adesão.**

**34.** A contratação pretendida apresenta alguma particularidade porque a ENERGISA propõe as minutas dos **contratos-padrão para simples adesão** do TRE-RO; o primeiro, o CONTRATO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD; o segundo, o CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER. Ao que parece, ambos incompletos, haja vista que não foram localizadas nesses instrumentos as condições da prestação e utilização dos serviços de energia elétrica e as regras do uso do sistema de distribuição.

**35.** Em ambos são estabelecidas regras unilaterais que, de concreto, **afastam as cláusulas exorbitantes** que conferem poderes especiais nas contratações dos entes da Administração Pública. Esse regime jurídico diferenciado tem aplicação até mesmo quando a Administração Pública figura na condição de usuária de serviço público por força da regra contida no art. **62, § 3º, II, L. 8.666/93**. Veja-se:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

...

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

...

**II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.** (sem destaques no original)

**36.** O conceito de contrato de adesão é encontrado no **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, adiante reproduzido:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.**

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. [\(Redação dada pela nº 11.785, de 2008\)](#)

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (sem destaque no original)

**37.** Como visto, nesse tipo de contratos, a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente, nos moldes exigidos pela agência reguladora dos respectivos serviços.

**38.** Contudo, esta unidade jurídica entrou em contato com a SECONT e apurou que esta buscará, no setor próprio da ENERGISA, a concordância para inclusão de algumas regras adicionais às minutas, que dizem respeito: **a)** ao valor estimado; **b)** vigência e publicação; **c)** proteção de dados - Lei 13.790/2018; e, **d)** procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Caso a diligência seja exitosa, a COMAP trará ao processo uma nova minuta do contrato de adesão que sistematizará tais alterações.

**39.** Tal procedimento não merece qualquer reparo. Isso porque são regras que derivam de norma legal ou que buscam inserir no contrato elementos e instrumentos essencialmente necessários à sua execução. Ademais, de acordo com o **§ 1º do art. 40 CDC**, esse ato não altera a natureza do instrumento original que continua sendo um "contrato de adesão".

**40.** Porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações que não sejam compatíveis com o regime de prestação de serviços públicos, entende-se que deve esta unidade jurídica verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual para posterior avaliação nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Assim, quando - e se - juntadas novas minutas ao processo, poderão elas serem analisadas por esta unidade, o que não impede a eventual deliberação sobre a contratação dos serviços pretendidos.

## **IV – CONCLUSÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**41. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de aprovação do Projeto Básico n. 5/SEAP ([0887707](#)), caso assim entenda a autoridade competente, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º da Lei n. 8.666/93;

b) pela possibilidade jurídica da contratação direta, pelo prazo de 60 meses, a partir de 01/02/2023, da ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A - CNPJ n. 05.914.650/0001-66, com fulcro no **art. 24, XXII, da Lei n. 8.666/93**, para fornecimento de energia elétrica de média tensão ao Fórum Eleitoral de Ariquemes, observado ainda que:

**b.1)** há comprovação no processo a demonstração da regularidade mínima da empresa para contatar com a Administração Pública, juntada nos eventos ([0894965](#)) e ([0894969](#)), ([0894966](#)), ([0894967](#)) e ([0895138](#)), **item 07 deste parecer**;

**b.2)** de acordo com a Informação n. 260/2022 ([0888907](#)), o Coordenador da COF informou o valor de R\$ 470.219,00 (quatrocentos e setenta mil, duzentos e dezenove reais) previsto na PLOA 2023, oportunidade em que registrou: *"Processo de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, conforme TR/PB supra referenciado. Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2023, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023."* - **Item 7, alínea "a" deste parecer**.

**42.** Porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações que não sejam compatíveis com o regime de prestação de serviços públicos, entende-se que deve esta unidade jurídica verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual para posterior avaliação nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Assim, quando - e se - juntadas novas minutas ao processo, poderão elas serem analisadas por esta unidade, o que não impede a eventual deliberação sobre a contratação dos serviços pretendidos, com posterior retorno do processo à AJSAOFC para a referida análise - itens 38 a 40 deste parecer.

Submete-se à consideração da autoridade competente.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Edis Romano Neto, Estagiário**, em 07/10/2022, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 07/10/2022, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0915122** e o código CRC **5B361410**.

0002406-63.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0002406-63.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEAP

ASSUNTO: Minutas - Contratos de adesão - Contratação de pessoa jurídica - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica ao Fórum Eleitoral de Ariquemes - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 273 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([0881254](#)), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de *média tensão* para atender a unidade do Fórum Eleitoral de Ariquemes localizado no interior do Estado de Rondônia, considerando o esgotamento do prazo máximo de vigência do contrato atualmente em vigor em 31/01/2023.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Por meio do **Parecer Jurídico n. 203/2022** ([0915122](#)) esta unidade opinou, com fundamento no art. 24, XXII, da Lei n. 8.666/93, pela possibilidade da contratação direta pelo prazo de 60 meses, a partir de 1º/01/2023, da **ENERGISA RONDÔNIA** para o atendimento dessa demanda. Registrou também que, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações, não totalmente compatíveis com o regime de prestação de serviços públicos, **entendia necessário verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual** para sua posterior avaliação, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Assim, sugeriu ainda que quando - e se - juntadas novas minutas dos **contratos de adesão** ao processo para eventuais adequações, poderiam elas serem analisadas pela AJSAOFC, tarefa que não impenderia a eventual deliberação sobre a contratação dos serviços pretendidos.

**03.** Em seguida, o titular da SAOFC manifestou sua aquiescência em relação a contratação pretendida e **enviou os autos do processo à SECONT** para lavratura de **contrato definitivo**, após finalização das tratativas com a empresa **ENERGISA RONDÔNIA**, e posterior submissão à análise da AJSAOFC, consoante Manifestação 511/2022 ([0915754](#)).

**04.** Pelo que se verifica, a SECONT efetivamente sugeriu algumas poucas alterações nas minutas primeiras dos contratos de adesão e as enviou ao setor competente da ENERGISA ([0918211](#) e [0940762](#)), ao que parece atendidas pelo que registrado no e-mail juntado no evento [0940806](#), resultando assim em duas novas minutas de contratos de adesão, a saber:

a) **CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD - CONTRATO n°. DESC/CRCE/GA/87/2022** - Classificação Cativo , Subgrupo B3 – Classe: Poder Público - **MODALIDADE TARIFÁRIA** Classificação Cativo , Subgrupo B3 – Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o uso do Sistema de Distribuição pelo CONSUMIDOR e a conexão das instalações elétricas do CONSUMIDOR ao Sistema de Distribuição da DISTRIBUIDORA no Ponto de Conexão, evento [0940808](#);

b) **CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER - CONTRATO n°. DESC/CRCE/GA/87/2022** - Classificação Cativo - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o fornecimento de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições previstos no presente Contrato e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável, evento [0940809](#).

**05.** Dessa forma instruído, a SECONT elaborou as minutas dos contratos citados no SEI ([0947191](#) e [0947193](#)) e enviou o processo a esta unidade jurídica, oportunidade em que informou, no que relevante, que as minutas iniciais foram ajustadas às regras do projeto básico da contratação e às demais regras adicionais necessárias, após submetidas à apreciação da Energisa, que as revisou, ajustou e retornou as minutas necessárias à regulação da relação comercial pretendida pelas partes ([0947194](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1. Das minutas do contrato de adesão - Regularidade na inserção de ajustes pela Administração.**

**06.** Embora esta peculiaridade já tenha sido anunciada no anterior **Parecer Jurídico AJSAOFC n. 203/2022**, tem-se como relevante reprimir que a contratação pretendida apresenta alguma particularidade porque a ENERGISA, inicialmente propôs as minutas dos **contratos-padrão para simples adesão** do TRE-RO. Em ambos são estabelecidas regras unilaterais que, de concreto, **afastam as cláusulas exorbitantes** que conferem poderes especiais nas contratações dos entes da Administração Pública. Esse regime jurídico diferenciado tem aplicação até mesmo quando a Administração Pública figura na condição de usuária de serviço público por força da regra contida no art. 62, § 3º, II, L. 8.666/93. Veja-se:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

...

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

...

**II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.** (sem destaques no original)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** O conceito de contrato de adesão é encontrado no **Código de Defesa do Consumidor**, Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, adiante reproduzido:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

**§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.**

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressaltando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. [\(Redação dada pela nº 11.785, de 2008\)](#)

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (sem destaque no original)

**08.** Como visto, nesse tipo de contratos, a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente, nos moldes exigidos pela agência reguladora dos respectivos serviços. Contudo, como antes informado pela SECONT, buscou-se, no setor próprio da ENERGISA, a concordância para inclusão de algumas regras adicionais às minutas, que dizem respeito: **a)** ao valor estimado; **b)** vigência e publicação; **c)** proteção de dados - Lei 13.790/2018; e, **d)** procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Como houve aquiescência da distribuidora, vieram ao processo as novas minutas ajustadas em comum acordo pelas partes.

**09.** Tal procedimento não merece qualquer reparo. Isso porque são regras que derivam de norma legal ou que buscam inserir no contrato elementos e instrumentos essencialmente necessários à sua execução. Ademais, de acordo com o **§ 1º do art. 40 CDC**, esse ato não altera a natureza do instrumento original que continua sendo um "contrato de adesão".

**10.** Todavia, porquanto afastadas as normas gerais da Lei de Licitações **não compatíveis** com o regime de prestação de serviços públicos, regulados pelo referido contrato de adesão, deve esta unidade jurídica verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

formação da relação contratual, tarefa que será realizada a partir deste ponto do parecer:

### **I - CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD - CONTRATO n°. DESC/CRCE/GA/87/2022**

- Classificação Cativo , Subgrupo B3 – Classe: Poder Público - **MODALIDADE TARIFÁRIA** Cativo, Subgrupo B3 - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o uso do Sistema de Distribuição pelo CONSUMIDOR e a conexão das instalações elétricas do CONSUMIDOR ao Sistema de Distribuição da DISTRIBUIDORA no Ponto de Conexão, evento 0947191:

#### **Parte I**

**i. Itens A e B - identificação das partes, classificação do consumidor:** adequadas, de acordo com a minuta e preâmbulo.

**ii. Itens C a L - características técnicas do uso e conexão do sistema, sob diversos aspectos:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**iii. Item M - obras para o atendimento da unidade consumidora** - Porquanto pareça estranho o ajuste fazer referência a tais obras, inclusive indicando um valor bastante considerável, verifica-se que essa obrigação não é imputada à Administração consumidora;

**iv. Item N e O - Referência à Lei 14.133/2021:** Tem-se como adequado, posto que as contratações com a participação de entes da Administração Pública, antes regidas pela Lei n. 8.666/93, estão agora disciplinadas por esse diploma legal;

**v. Item P e Q- Vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027:** Adequada;

**vi. Item R:** Requisito formal adequado.

#### **Parte II**

**i. Definições:** Requisitos formais adequados;

**ii. objeto e vigência:** adequados, de acordo com o capítulo 6 do projeto básico 5/2022-SEAP;

**Destaca-se** o seguinte registro:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 3ª, Parágrafo Segundo.** Não havendo manifestação em contrário do CONSUMIDOR com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste Contrato, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por um período de 12 (doze) meses, sendo permitidas sucessivas prorrogações de igual prazo, ou mediante solicitação expressa de CONSUMIDOR submetido à Lei 14.133/21, observando as definições contidas na referida Lei.

Sobre o tema, tem-se a seguinte regra na **Lei n. 14.133/2021**:

**Art. 109.** A Administração poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Ocorre que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi construída com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93. Por tal razão, orienta-se ao gestor do contrato que observe com rigor a vigência máxima do ajuste pelo período de 5 anos, abstendo-se da renovação automática ou acordada, e promova após o quinquênio nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.

Contudo, não há prejuízo à permanência da regra no contrato de adesão, vez que não inviabiliza sua rescisão a pedido do TRE-RO.

**iii. Uso e conexão do sistema de distribuição, musd contratado e período de testes:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**iv. Operação e manutenção das instalações de conexão:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**v. Medição:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**vi. Encargos de uso:** Além de serem constituídos, em parte, de dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante, esse item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela agência reguladora - ANEEL, no qual está incluído, por exemplo, o regime de tarifação, reajustes e descontos;

**vii. Faturamento e pagamento:** Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL;

**viii. Mora no pagamento e seus efeitos:** Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. De notar-se a adoção do IPCA para a atualização monetária, índice também utilizado por este órgão em seus contratos, além dos juros de mora mensais de 1%;

**ix. Garantias:** Regra decorrente da natureza do contrato de adesão para as situações de inadimplência do consumidor, cláusula que, acredita-se, dificilmente terá lugar na execução deste contrato;

**x. Qualidade e continuidade:** Este item traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL;

**xi. Responsabilidade:** Regras para as situações que ensejaram responsabilidades. Porquanto se trate de um contrato de adesão, esta unidade jurídica entende que, **diante de situações concretas eventualmente ocorridas durante a execução do contrato**, sempre será possível discutir a excessiva onerosidade desses dispositivos, tendo-se como suporte o **art. 6º, V, do CDC**;

**xii. suspensão do uso e da conexão do sistema de distribuição:** Regras derivadas do regime de concessão da distribuidora e também do contrato de adesão. De igual forma, esta unidade jurídica entende que, **diante de situações concretas eventualmente ocorridas durante a execução do contrato**, sempre será possível discutir a excessiva onerosidade desses dispositivos, tendo-se como suporte o **art. 6º, V, do CDC**;

**xiii. Encerramento da relação contratual:** Adequada. A gestão deverá ater-se à orientação que consta do subitem "ii" acima;

**xiv. Confidencialidade:** Adequada;

**xv. Disposições gerais:** Adequada.

**Destaca-se:**

**Cláusula 49ª:** Aplicação da legislação aplicável aos casos omissos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Cláusula 50ª:** A Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021, referida no contrato como de sujeição obrigatória pelas partes, diz respeito as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço;

**Parágrafo Segundo:** Que estabelece que toda e qualquer alteração do contrato somente tem validade se formalizada em termo aditivo assinado pelas PARTES, observando-se o disposto na legislação aplicável;

**Ajuste 61ª.** A designação do foro local da sede da distribuidora - presumivelmente o foro da Justiça comum do Estado de Rondônia – em contradição ao foro da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO. Entende-se que, embora a regra conste do contrato de adesão ela será ineficaz a esse propósito, caso haja controvérsias judiciais sobre a relação obrigacional. Isso porque o foro da União decorre de regra constitucional.

**No resumo da contratação :**

**Proteção de dados pessoais - LEI 13.790/2018 - LGPD:** Adequada;

**Publicação:** adequada.

## **II - CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER - CONTRATO nº. DESC/CRCE/GA/88/2022 -**

Classificação Cativo - Classe: Poder Público, que tem como objeto regular o fornecimento de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente Contrato e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável, evento 0947193.

### **Parte I**

**i. Itens A e B - identificação das partes, classificação do consumidor:** adequadas, de acordo com a minuta e preâmbulo.

**ii. Itens C a F - características técnicas do uso e conexão do sistema, sob diversos aspectos:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**iii. Itens G e H - Referência à Lei 14.133/2021:** Tem-se como adequado, posto que as contratações com a participação de entes da Administração Pública, antes regidas pela Lei n. 8.666/93, estão agora disciplinadas por esse diploma legal;

**iv. Item I e J - Vigência de 01/01/2023 a 31/12/2027:** Adequada.

**v. Item L:** Requisito formal adequado.

**Parte II**

**i. Definições:** Requisitos formais adequados;

**ii. objeto e vigência:** adequados, de acordo com o projeto básico 5/2022-SEAP;

**Destaca-se** o seguinte registro:

**Parágrafo Segundo.** Não havendo manifestação em contrário do CONSUMIDOR com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término de cada período de vigência deste Contrato, a vigência contratual será automaticamente prorrogada por um período de 12 (doze) meses, sendo permitidas sucessivas prorrogações de igual prazo, ou mediante solicitação expressa de CONSUMIDOR submetido à Lei 14.133/21, observando as definições contidas na referida Lei.

Sobre o tema, tem-se a seguinte regra na **Lei n. 14.133/2021:**

**Art. 109.** A Administração poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado** nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Ocorre que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi instruída com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93. Por tal razão, orienta-se ao gestor do contrato que observe com rigor a vigência máxima do ajuste pelo período de 5 anos, abstendo-se da renovação automática ou acordada, e promova após o quinquênio nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, não há prejuízo à permanência da regra no contrato de adesão, vez que não inviabiliza sua rescisão a pedido do TRE-RO.

**iii. Montante de energia elétrica contratada:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**iv. Medição e leitura:** Dados técnicos que escapam da análise desta unidade, mas que podem ser aferidos pela unidade demandante;

**v. Condições de faturamento e pagamento:** Este item traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. São aspectos bastante técnicos, com opções de datas de vencimento, etc. Tais dados, certamente, já foram analisados pela unidade gestora do contrato;

**vi. Garantias** Regra decorrente da natureza do contrato de adesão para as situações de inadimplência do consumidor, cláusula que, acredita-se, dificilmente terá lugar na execução deste contrato;

**vii. Inadimplemento e suspensão do fornecimento de energia:** Este item também traz regras derivadas do regime de concessão da distribuidora que tem sua atividade regulada pela agência reguladora - ANEEL. De notar-se a adoção do IPCA para a atualização monetária, índice também utilizado por este órgão em seus contratos, além dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a ser acrescida sobre o principal e multa de 2% (dois por cento), a ser acrescida sobre o principal;

**viii. Encerramento da relação contratual:** Adequada. A gestão deverá ater-se à orientação que consta do subitem "ii" acima;

**ix. Disposições gerais:** Adequada.

**Destaca-se:**

**Cláusula 21ª**

**Parágrafo Segundo:** Que estabelece uma regra de interpretação, em todos os seus aspectos, de acordo com a legislação brasileira e as normas, regulamentações e procedimentos pertinentes à prestação de serviço público de energia elétrica, vigentes nesta data e as que vierem a ser editadas pela ANEEL e pelo poder concedente;

**Parágrafo Terceiro:** A Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021, referida no contrato como de sujeição obrigatória pelas partes, diz respeito as regras de prestação do serviço público de distribuição de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

energia elétrica, nas quais estão dispostos os direitos e deveres do consumidor e demais usuários do serviço.

### **No resumo da contratação:**

**Proteção de dados pessoais - LEI 13.790/2018 - LGPD:** Adequada;

**Publicação:** adequada.

11. Nesses termos, conclui esta Assessoria Jurídica que as minuta do contrato de adesão juntados pela SECONT nos eventos [0947191](#) e [0947193](#) encontram-se em conformidade com a legislação de regência, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável e, ainda, com as disposições da Lei n. 14.133/2021.

## **IV – CONCLUSÃO**

12. **Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica entende que a análise formal dos termos das novas minutas dos contratos de adesão juntados pela SECONT nos eventos [0947191](#) e [0947193](#) revelou que esse instrumento se encontra-se em harmonia com a legislação de regência - não obstante os registros que constam do **item 10 deste parecer**, estando ainda em **conformidade** com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável. Assim, em cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta supramencionada.

13. Deverá o gestor do contrato observar os registros que constam da análise desta Assessoria Jurídica, **notadamente em relação à vigência do ajuste**, posto que esta contratação, no âmbito deste Tribunal, foi instruída com fundamento no regime da Lei n. 8.666/93, com vigência máxima pelo período de 5 anos. Assim, deverá abster-se da renovação automática ou acordada por prazo indeterminado e promover, após o quinquênio, nova contratação que poderá ser formalizada por prazo indeterminado com fundamento no art. 109 da Lei 14.133/2021.

14. Por fim, como regra de transparência nas contratações públicas, embora se trate de um contrato de adesão, deverá ser observada a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regular **publicação do extrato do ato na Imprensa Oficial** e nos demais canais de divulgação.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 07/12/2022, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0952583** e o código CRC **AF16CAC6**.

0002406-63.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0002406-63.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Administração Predial – SEAP

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de pessoa jurídica - ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Fornecimento de energia elétrica ao Fórum Eleitoral de Ariquemes.

**DESPACHO Nº 1605 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Administração Predial – SEAP ([0881254](#)), no qual se busca a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de energia elétrica de **média tensão** para atender a unidade do Fórum Eleitoral de Ariquemes, localizado no interior do Estado de Rondônia, considerando o encerramento do prazo máximo de vigência do contrato atualmente em vigor no dia 31/01/2023.

Atualmente, em todas as localidades onde há unidades da Justiça Eleitoral o fornecimento de energia elétrica é feito exclusivamente pela ENERGISA RONDÔNIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica para todo o Estado. Tal fornecimento é feito de acordo com CONTRATO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD ([0882753](#)) e CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER ([0882757](#)), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, cuja vigência terminará em 31/01/2023. Ante à aproximação do termo final do contrato, faz-se necessária nova contratação.

Para instruir os autos, carreu-se a solicitação de contratação ([0882771](#)); estudo técnico preliminar para dispensa de licitação ([0887704](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0887706](#)) e o projeto básico ([0887707](#)), sendo o valor estimado da contratação de **R\$ 204.084,44** (duzentos e quatro mil oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para os exercícios de 2023 a 2028.

Além disso, foram juntadas a carta de exclusividade expedida pela própria ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, que atesta que essa empresa *é a distribuidora de energia elétrica no Estado de Rondônia, detendo a exclusividade, respeitado o que estabelece as subcláusulas 3ª e 4ª da Cláusula Primeira, do Contrato de Concessão n. 002/2018 – ANEEL, celebrado em 30 de outubro de 2018* ([0882748](#)); as minutas do contrato-padrão de adesão, denominado CONTRATO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD ([0882753](#)) e o CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER ([0882757](#)); e a resolução homologatória ANEEL n. 2.990, de 7 de dezembro de 2021, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S.A. - ERO ([0882758](#)).

A COFC informou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária, por se tratar de despesa somente no exercício 2023 e depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Em complemento, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o próximo exercício tramita no Processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do valor de R\$ 470.219,00 (quatrocentos e setenta mil duzentos e dezenove reais) destinado a despesas com o objeto dessa contratação (Informação n. 260/2022 - evento [0888907](#)).

A SAC, após a diligência solicitada ([0890145](#)), em análise do PB ([0887707](#)), complementado pela proposta de adesão ([0881845](#)), concluiu que o instrumento encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX; art. 7º, inciso I; art. 25 c/c parágrafo único do art. 26, todos da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação ([0895111](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 203/2022 ([0915122](#)), opinando pela regularidade do projeto básico e pela possibilidade jurídica da contratação direta da empresa ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A, CNPJ n. 05.914.650/0001-66, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir de 1º/02/2023, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93, para fornecimento de energia elétrica de média tensão ao Fórum Eleitoral de Ariquemes. Quanto à minuta do contrato de adesão, entendeu necessário verificar a submissão da contratação aos trâmites normais para formação da relação contratual para sua posterior avaliação, nos moldes do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, nos termos do item 42 do referido Parecer Jurídico.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do ETP e do PB; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; pela ratificação do ato de reconhecimento da situação de dispensa de licitação; pela contratação direta e emissão do respectivo empenho à empresa ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A - CNPJ n. 05.914.650/0001-66, pelo prazo de 60 meses, a partir de 01/02/2023; e pela publicação da dispensa e ratificação da despesa no DOU e no DJE. Em seguida, o processo foi enviado à SECONT para inclusão de regras adicionais nas minutas carreada aos autos, com posterior retorno do processo à Assessoria Jurídica para a referida análise dos itens 38 e 40 do Parecer Jurídico n. 203/2022 (Manifestação n. 511/2022 - evento [0915754](#)).

À vista disso, a SECONT efetivamente sugeriu algumas poucas alterações nas minutas primeiras dos contratos de adesão e as enviou ao setor competente da ENERGISA ([0918211](#) e [0940762](#)), ao que parece atendidas conforme registrado no e-mail juntado no evento [0940806](#), resultando assim em duas novas minutas de contratos de adesão, a saber: CONTRATO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD ([0940808](#)) e CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER ([0940809](#)).

Com essas alterações, a SECONT elaborou as minutas dos contratos juntados nos eventos [0947191](#) e [0947193](#) e enviou o processo à AJSAOFC, oportunidade em que informou, no que relevante, que as minutas iniciais foram ajustadas às regras do projeto básico da contratação e às demais regras adicionais necessárias, após submetidas à apreciação da Energisa, que as revisou, ajustou e retornou as minutas necessárias à regulação da relação comercial pretendida pelas partes ([0947194](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em apreciação, a AJSAOFC aprovou os termos das minutas dos eventos [0947191](#) e [0947193](#), em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8666/93, destacando que deverá ser observada a regular publicação do extrato do ato na imprensa oficial e nos demais canais de divulgação (Parecer Jurídico n. 273/2022 - evento [0952583](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Analisando os autos, verifica-se ter sido comprovada nos autos a inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial em todo o Estado de Rondônia, no qual apenas a ENERGISA é a distribuidora de energia elétrica de acordo com a Carta de Exclusividade juntada no evento [0882748](#). Sem embargo, o entendimento do Tribunal de Contas da União firmou-se na linha de que a contratação de suprimento de energia elétrica deve ser realizada por dispensa de licitação e não por inexigibilidade, ainda que a competição seja inviável, consoante ACÓRDÃO TCU n. 426/2016 - PRIMEIRA CÂMARA e ACÓRDÃO n. 7791/2014 - SEGUNDA CÂMARA.

Assim, muito embora se trate de serviços prestados em caráter de exclusividade pela ENERGISA e mesmo demonstrada a inviabilidade competitiva, tem-se que, com fundamento no entendimento alicerçado pelo TCU, enquadra-se a contratação na hipótese específica e especial de dispensa de licitação prevista expressamente no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93.

Além disso, verifica-se que o procedimento adotado para a escolha da fornecedora exclusiva dos serviços atende aos requisitos legais arrolados no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93. Por sua vez, há no processo a comprovação das condições mínimas para contratar com o setor público.

Com efeito, constata-se que a razão para a escolha do fornecedor afigura-se clara, uma vez que aquela concessionária é a única em condições para o fornecimento de energia elétrica no Estado de Rondônia.

Quanto ao cumprimento do requisito legal da justificativa do preço, a análise das informações extraídas da INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO (evento [0887706](#)), revela





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que a unidade demandante laborou dentro dos limites traçados pelo § 1º do art. 6º c/c o art. 7º da Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

No tocante ao prazo da contratação pretendida, em que pese a regra da anualidade das contratações públicas, o TCU tem admitido que o contrato seja dimensionado, *ab initio*, diretamente por até 60 (sessenta) meses, desde que: a) os serviços sejam contínuos; e b) a vigência excepcional seja justificada pela Administração. Sendo assim, verificada a condição vantajosa para esta Administração, ficou devidamente comprovado nos autos ambas as exigências, como bem registrado no item 29 do Parecer Jurídico n. 203/2022 ([0915122](#)).

Com relação às minutas dos contratos de adesão, nesse tipo de contrato a Administração contratante não elabora o termo de contrato para formalizar a relação contratual e tão só adere à minuta previamente existente e aprovada pelo órgão/entidade competente.

Sem embargo, a SECONT realizou diligências no setor próprio da ENERGISA para inclusão de regras adicionais no tocante a) ao valor estimado; b) vigência e publicação; c) proteção de dados - Lei n. 13.790/2018; e, d) procedimentos da gestão e fiscalização da contratação no TRE-RO. Assim, considerando a aquiescência da distribuidora, vieram ao processo novas minutas ajustadas em comum acordo pelas partes.

Em apreciação, a AJSAOFC concluiu que as minutas dos contratos de adesão juntados pela SECONT nos eventos [0947191](#) e [0947193](#) encontram-se em conformidade com a legislação de regência, estando ainda em conformidade com as regras gerais da Lei n. 8.666/93, naquilo que aplicável e, ainda, com as disposições da Lei n. 14.133/2021, conforme o Parecer Jurídico n. 273/2022 ([0952583](#)).

Ante o exposto, considerando os documentos carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender às demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018, **RATIFICO** a dispensa de licitação reconhecida pela SAOFC, bem como:

I - aprovo o ETP ([0887704](#)) e o Projeto Básico n. 5/2022 ([0887707](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso IX e alíneas, art. 7º, inciso I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0887706](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Portaria CNJ n. 106/2022) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário;

III - autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666/93;

IV - adjudico o objeto à empresa ENERGISA RONDÔNIA - Distribuidora de Energia S/A - CNPJ n. 05.914.650/0001-66, e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 204.084,44 (duzentos e quatro mil oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos); e

V - determino a publicação do ato de ratificação no DOU e no DJE, em cumprimento ao art. 26 da Lei n. 8.666/93, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar estabelecido para a dispensa legal.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 16/12/2022, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.